



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXIV — Nº 114

QUARTA-FEIRA, 19 DE SETEMBRO DE 1979

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 158ª SESSÃO, EM 18 DE SETEMBRO DE 1979

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

Restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados:

— Nº 178/79 (nº 324/79, na origem), referente ao Projeto de Lei nº 15/79-CN, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Joaquim Nabuco e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.687, de 17-9-79).

— Nº 179/79 (nº 325/79, na origem), referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 8/78 (nº 2.329/76, na Casa de origem), que introduz alterações na Lei dos Registros Públicos, quanto às escrituras e partilhas, lavradas ou homologadas na vigência do Decreto nº 4.857, de 9 de novembro de 1939. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.688, de 17-9-79).

Submetendo ao Senado a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

— Nº 180/79 (nº 326/79, na origem), referente à escolha do Doutor Arnaldo da Costa Prieto para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Wagner Estelita Campos.

1.2.2 — Parecer

Referente à seguinte matéria:

— Projeto de Lei do Senado nº 142/79, que dispõe sobre o salário-família devido ao empregado na forma da legislação da Previdência Social.

1.2.3 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 275/79-Complementar, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.

1.2.4 — Requerimentos

— Nº 336/79, de desarquivamento de projeto de lei do Senado que especifica.

— Nº 337/79, de transcrição, nos Anais do Senado Federal, da exposição feita pelo Dr. Barboza Lima Sobrinho no Forum ABI-Congresso Nacional de Problemas Brasileiros.

1.2.5 — Comunicação

— Do Sr. Senador Paulo Brossard, propondo o nome do Sr. Senador Teotônio Vilela para integrar, como membro titular, a Comissão de Economia.

1.2.6 — Comunicação da Presidência

— Referente ao tempo destinado aos oradores do Expediente da presente sessão dedicado à comemoração do centenário de nascimento do ex-Senador Miguel Calmon.

Oradores

SENADOR LOMANTO JÚNIOR — Em nome da ARENA.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Em nome do MDB.

FALA DA PRESIDÊNCIA — Associativa em nome da Mesa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Requerimento nº 278/79, de autoria do Sr. Senador Leite Chaves, solicitando, nos termos do artigo 418, inciso I, do Regimento Interno, a convocação do Sr. Ministro de Estado da Indústria e do Comércio, João Camilo Penna, para prestar esclarecimentos, perante o Senado Federal, sobre o empréstimo concedido à COPERUCAR e ao Grupo Atalla. **Votação adiada** para a sessão do dia 10 de outubro próximo vindouro, nos termos do Requerimento nº 339/79.

— Requerimento nº 323/79, de autoria do Sr. Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do pronunciamento feito pelo jornalista Roberto Marinho, no dia 29 de agosto de 1979, por ocasião da abertura dos Seminários sobre o Modelo Energético Brasileiro, promovidos pelas Organizações Globo, no Rio de Janeiro. **Aprovado.**

— Requerimento nº 325/79, de autoria do Sr. Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Presidente da República, João Baptista Figueiredo, em Belo Horizonte, no dia 5 de setembro de 1979. **Aprovado.**

— Requerimento nº 327/79, de autoria do Sr. Senador Orestes Quêrcia, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 80, de 1978, de sua autoria, que altera dispositivo do vigente Código de Processo Civil (Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973). **Aprovado.**

— Projeto de Resolução nº 41/79, de autoria do Sr. Senador Orestes Quêrcia, que cria Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar denúncias sobre violações de direitos humanos nos últimos dez anos. **Votação adiada** por falta de quorum.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR EVELÁSIO VIEIRA — Problema educacional brasileiro.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Considerações sobre o Programa de Controle da Doença de Chagas, a cargo do Ministério da Saúde.

SENADOR HENRIQUE SANTILLO — Processo de desnacionalização da economia brasileira.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Apelo em favor de servidores redistribuídos.

SENADOR GASTÃO MÜLLER — Editorial do *Jornal do Brasil*, edição de 9 do corrente, sob o título *Mania de Grandeza*, focalizando a reformulação partidária.

SENADOR JAISON BARRETO — Liberação de verbas destinadas à aceleração das obras de infra-estrutura de terminal rodoviário, no Município de Dionísio Cerqueira — SC, e da pavimentação dos acessos rodoviários a São Miguel do Oeste e Marmeleiro.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA Sessão. ENCERRAMENTO

2 — MESA DIRETORA

3 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

4 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 158ª SESSÃO, EM 18 DE SETEMBRO DE 1979

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. LUIZ VIANA E NILO COELHO

AS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jarbas Passarinho — Henrique de La Rocque — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Agenor Maria — Cunha Lima — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Gastão Müller — Affonso Camargo — José Richa — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.
É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de Projetos de Lei sancionados:

Nº 178/79 (nº 324/79, na origem), de 17 do corrente, referente ao Projeto de Lei nº 15, de 1979-CN, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Joaquim Nabuco e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.687, de 17-09-79).

Nº 179/79 (nº 325/79, na origem), de 17 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 08, de 1978 (nº 2.329/76, na Casa de origem), que introduz alterações na Lei dos Registros Públicos, quanto às escrituras e partilhas, lavradas ou homologadas na vigência do Decreto nº 4.857, de 9 de novembro de 1939. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.688, de 17-09-79).

MENSAGEM

Do Senhor Presidente da República, submetendo ao Senado a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

MENSAGEM Nº 180, DE 1979
(nº 326/79, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

Nos termos do artigo 42, item III, e parágrafo 3º do artigo 72, da Constituição, tenho a honra de submeter à consideração do Egrégio Senado Federal o nome do Doutor Arnaldo da Costa Prieto para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Wagner Estelita Campos.

Os méritos do Senhor Arnaldo da Costa Prieto, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam do anexo "Curriculum Vitae".

Brasília, em 18 de setembro de 1979. — João Figueiredo.

CURRICULUM VITAE

Nome: Arnaldo da Costa Prieto

Nascimento: 13 de fevereiro de 1930

Filiação: Vicente B. Prieto e Henriqueta Maria Prieto

Estado Civil: Casado

Cônjuge: Irma Emilia Daudt Prieto

Filhos: Anelise, Virgínia, Mara, Jussara e Paulo César

CPF: 012.489.870-04

Carteira de Identidade: Ministério da Justiça nº 615

Cartão de Identificação Profissional: nº 2069-D, Reg. no CREA 8ª Região nº 7699

Vida Acadêmica

— Engenheiro Civil pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1954).

— Curso de Pós-Graduação em "Teoria Programação do Desenvolvimento Econômico" pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1959).

— Curso de "Especialização em Pavimentação" — São Paulo (1957).

— Vice-Presidente da Juventude Universitária Católica do Rio Grande do Sul — JUC/RS.

— Vice-Presidente da Federação dos Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

— Presidente da União Estadual de Estudantes no Rio Grande do Sul.

— Presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos — São Leopoldo (RS).

— Professor Titular da Cadeira de Topografia da Escola de Engenharia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul — Porto Alegre (RS).

Vida Parlamentar e Administrativa

— Vereador à Câmara Municipal de São Leopoldo — Rio Grande do Sul (1960/1963)

— Secretário de Estado do Trabalho e da Habitação do Governo do Rio Grande do Sul (1963/1967).

Durante sua gestão como Secretário de Estado, foi instituída a Semana Sindical, criada a Fundação Gaúcha do Trabalho e criada, também, a Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul, COHAB-RS.

— Eleito Deputado Federal para legislatura 1967/1971 e reeleito, com mais de 60 mil votos para a Legislatura 1971/1975.

— Secretário-Geral do Diretório Nacional da ARENA 1969/1974.

— Membro efetivo da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e Suplente das Comissões de Orçamento, de Relações Exteriores e de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados.

— Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, de 15-3-1974 até o desdobramento do mesmo com a criação do Ministério do Trabalho e do Ministério de Previdência e Assistência Social, em 1º-5-1974.

— Ministro de Estado do Trabalho de 1º-5-1974 a 15-3-1979.

Durante sua Gestão foi criado o Serviço Nacional de Formação Profissional Rural (SENAR); foi instituído o Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra; foi criado o Conselho Federal de Mão-de-Obra; foram instituídos os Incentivos Fiscais para Treinamento e para Alimentação do Trabalhador; foi criado o programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mão-de-Obra (PRODEMO); foi instituído o Sistema Nacional de Emprego (SINE); foi criado o Conselho Nacional de Política Emprego (CNPE); foi concluída a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO); foram aperfeiçoadas as legislações referentes a política salarial, segurança e medicina do trabalho, férias do trabalhador (30 dias) e autonomia sindical; foi dinamizada a inspeção trabalhista com elevação de 510 para 2.335 inspetores do trabalho; foram reduzidas as taxas de Acidentes do Trabalho de 15,6% (1974) para 8,5% (1978); foram preparados mais de 57.000 técnicos em segurança e medicina do trabalho, sendo mais de 10.700 médicos do trabalho e mais de 11.300 engenheiros de segurança; foi aumentado o número de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAS) de 5.681 (1974) para 18.461 (1978); foram treinados mais de 34.000 dirigentes de trabalhadores em segurança e medicina do trabalho e mais de 41.000 dirigentes sindicais em capacitação para a administração sindical; foram distribuídos mais de 1,2 milhões de bolsas de estudo pelo PE-BE; foram realizadas dezenas de pesquisas sobre emprego, renda, distribuição de renda, salário, Mão-de-Obra etc; foram criadas mais de 1.170 entidades sindicais; foram criadas 73 Subdelegacias Regionais do Ministério e 837 Postos Regionais e Sociais; foram regulamentadas as profissões de atleta profissional de futebol, artista, arquivista, secretária, comerciante ambulante, corretor de imóveis e radialista; foi aprimorada a legislação profissional de jornalista e de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo; foram criados os Conselhos Federais de Enfermagem, Fisioterapia e Terapia Ocupacional e de Nutricionistas; foi instituído o Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato (PNDA) e criada a Comissão Consultiva do Artesanato.

— Diretor do Banco Nacional da Habitação — 1979

Missões no Exterior

— Viagem de estudos sobre problemas de habitação popular, organização sindical e assistência social à Alemanha e à Espanha, a convite dos respectivos Governos (1963).

— Participou da Conferência dos Países do Mercado Comum Europeu, para estudar problemas de habitação em Liège-Bélgica (1963).

— Membro da Delegação Brasileira às 3ª e 4ª Conferências Interamericanas sobre Poupansa em Empréstimo para Habitação, em Quito (1965) e em Caracas (1966).

— Visita aos Estados Unidos (1966) a convite do Governo.

— Observador parlamentar à 26ª Assembléia Geral da ONU, Nova Iorque — 1971.

— Chefiou as Delegações que representaram o Brasil nas 59ª, 60ª, 61ª, 63ª e 64ª Conferências Internacionais do Trabalho, em Genebra (1974, 1975, 1976, 1977 e 1978).

— Chefiou a Delegação Brasileira ao Paraguai para assinatura dos atos normativos sobre Segurança e Medicina do Trabalho para a Construção de taipu (1975).

— Chefiou a Delegação Brasileira à 1ª Conferência Mundial Tripartite sobre Emprego, Renda, Progresso Social e Divisão Internacional do Trabalho, promovida pela OIT, em Genebra (1976).

— Chefiou a Delegação Brasileira à V e à VI Conferências de Ministros do Trabalho dos Estados Americanos, promovidos pela OEA, na Guatemala (1975) e em Lima (1978).

— Chefiou a Delegação Brasileira à posse do Presidente Luiz Herrera Campins, da Venezuela, (1979) na condição de Embaixador Extraordinário Plenipotenciário.

Condecorações

— “Medalha Mérito de Tamandaré”, Ministério da Marinha — 1971.

— Comendador da Ordem da Estrela do Acre”, Governo do Acre — 1973.

— “Medalha da Ordem do Rio Branco”, no Grau de Grande Oficial, Ministério das Relações Exteriores — 1973.

— Promovido na “Ordem do Rio Branco” ao Grau de Grã-Cruz, Ministério das Relações Exteriores — 1974.

— “Ordem do Mérito de Brasília”, no Grau de Grã-Cruz, Governo do Distrito Federal — 1974.

— “Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho”, pelo Tribunal Superior do Trabalho — 1974.

— “Medalha da Ordem do Mérito Militar”, no Grau de Grande Oficial, Ministério do Exército — 1974.

— “Ordem do Mérito Naval”, no Grau de Grande Oficial, Ministério da Marinha — 1974.

— “Ordem do Mérito do Trabalho”, no Grau de Grã-Cruz, Ministério do Trabalho — 1974.

— “Medalha Mérito Santos Dumont”, pelo Ministério da Aeronáutica — 1974.

— Admitido no Corpo de Graduados Especiais, no Grau de Grande Oficial, na “Ordem do Mérito Aeronáutico”, Ministério da Aeronáutica — 1974.

— “Medalha de Mérito”, pela Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro — 1974.

— “Mérito Legionário”, pela Fundação Legião Brasileira de Assistência, Rio de Janeiro — 1974.

— Admitido no Grau de Grã-Cruz na Ordem Nacional do Mérito da República do Paraguai — Assunção — 1974.

— “Comenda Santa Apolônia”, pelo Sodalício Santa Apolônia, Rio de Janeiro — 1975.

— “Grande Medalha da Inconfidência”, por Méritos Excepcionais, Governo do Estado de Minas Gerais — 1975.

— “Medalha do Mérito Industrial do Rio de Janeiro”, pelo Centro Industrial e Federação das Indústrias do Rio de Janeiro — 1975.

— “Medalha Visconde de Cairu, de Honra ao Mérito”, pelo Conselho Regional dos Economistas do Rio de Janeiro — 1976.

— “Contabilista Honoris Causa”, pelo Sindicato dos Contabilistas de São Paulo — 1976.

— “Sócio Benemérito” do Centro da Indústria do Estado do Espírito Santo — 1976.

— “Sócio Honorário” do Instituto de Organização Racional do Trabalho — IDORT — São Paulo — 1976.

— “Medalha do Mérito Comercial”, pela Federação do Comércio de Brasília — 1976.

— “Medalha do Mérito Mauá, no Grau de Serviços Relevantes”, Ministério dos Transportes — 1976.

— “Sócio Honorário” da Sociedade de Psicologia do Distrito Federal — Brasília — 1977.

— “Medalha Mérito Industrial”, pela Federação das Indústrias do Estado de Goiás — 1977.

— “Membro Honorário” do Conselho Federal de Psicologia, Brasília — 1977.

— “Medalha do Mérito Industrial do Estado de Sergipe”, pela Federação das Indústrias — SE — 1977.

— “Medalha do Mérito Industrial” — Federação das Indústrias de Minas Gerais — 1977.

— “Comenda Cruz do Mérito do Comércio”, pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo — 1978.

(A Comissão de Finanças.)

PARECER

PARECER Nº 537, de 1979

Da Comissão de Constituição e Justiça

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 1979, que “dispõe sobre o salário-família devido ao empregado na forma da legislação da Previdência Social”.

Relator: Senador Moacyr Dalla

O Projeto sob exame, de autoria do ilustre Senador Cunha Lima, objetiva equiparar o sistema de prestação do salário-família devido aos segurados da Previdência Social, ao assegurado aos funcionários públicos civis da União, submetidos ao regime estatutário.

Embora reconhecendo os elevados propósitos do Autor, pelas razões expostas na Justificação, verificamos que a proposição encontra óbice no parágrafo único do art. 165 da Carta Magna, que veda a criação, extensão ou majoração dos benefícios previdenciários sem que se indique a correspondente fonte de seu custeio total.

Diante do exposto, nosso Parecer é pela rejeição do Projeto, quanto à constitucionalidade.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 1979. — Henrique de La Rocque, Presidente — Moacyr Dalla, Relator — Aloysio Chaves — Cunha Lima, vencido — Raimundo Parente — Lenoir Vargas — Murilo Badaró — Nelson Carneiro — Aderbal Jurema.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — O Expediente lido vai à publicação. Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 275, DE 1979
Complementar

Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É acrescentado ao art. 4º da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, o seguinte § 2º, renumerando o único para 1º:

“Art. 4º

§ 1º

§ 2º Para efeito de percepção da aposentadoria pelo trabalhador ou trabalhadora rural, a restrição do parágrafo anterior só terá aplicação quando o chefe ou arrimo da unidade familiar perceber o equivalente a dois ou mais salários mínimos.”

Art. 2º Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A alteração aqui pretendida à legislação que trata do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural resulta da arguta e judiciosa observação do Sr. Péricles Monterio, Diretor do Escritório da Organização Internacional do Trabalho no Brasil, de quem também são os argumentos a seguir reproduzidos.

A trabalhadora rural no Brasil, por incrível que pareça, se for legitimamente casada com trabalhador rural, pelo simples fato desse casamento, perde direito à aposentadoria que receberia, se casada não fosse, uma vez, evidentemente, que preenchesse as demais condições à percepção desse benefício pelo FUNRURAL, hoje incluído no IAPAS.

De fato, essa restrição decorre, na prática, do que preceitua o parágrafo único do art. 4º da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que assim dispõe:

“Não será devida a aposentadoria a mais de um componente da unidade familiar, cabendo apenas o benefício ao respectivo chefe ou arrimo.”

O Decreto nº 73.617, de 12 de fevereiro de 1974, que aprovou o Regulamento do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, manteve a mesma restrição em seu art. 15, nos seguintes termos:

“A aposentadoria por velhice corresponderá a uma prestação mensal equivalente a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo de maior valor do País e será devida, a partir da data de entrada do respectivo requerimento, ao trabalhador rural que tiver completado 65 (sessenta e cinco) anos de idade e seja o chefe ou arrimo de sua unidade familiar.”

Se casada legalmente não for com alguém que, para efeito do PRORURAL, possa ser considerado “chefe ou arrimo de sua unidade familiar”, seu direito à aposentadoria é incontestável (se, como já dito, preencher as demais condições de idade, invalidez, etc.), por que nem a CLT nem o Regulamento que aprovou o referido Programa faz qualquer discriminação quanto ao sexo do trabalhador, para efeito de percepção de benefícios. Estaria, pois, compreendida pelo art. 15, III, § 3º, do Regulamento mencionado, que tem a seguinte redação:

“A aposentadoria por velhice, assim como a aposentadoria por invalidez, será também devida ao trabalhador rural que não faça parte de nenhuma unidade familiar, nem tenha dependentes.”

Poderão os teóricos e alheios ao meio rural dizer que a mesma restrição se aplica à companheira, mas isso é inteiramente falso, porque bastará que essa declare, aliás, sem mentir, que é solteira, sem obrigação de ser sustentada, portanto, pelo companheiro, para que se enquadre no dispositivo legal que lhe atribui, como trabalhadora rural, direito à aposentadoria.

E, pela lei, em situação ainda de maior vantagem fica a trabalhadora rural que não foi mulher de ninguém (ou de muito ou todo e qualquer). Aí mesmo é que não haverá hipótese de depender de algum “chefe ou arrimo de uni-

dade familiar”, tendo, conseqüentemente direito incontestável à aposentadoria.

Trata-se de evidente discriminação contra o casamento legítimo.

A realidade é que o trabalhador rural, com o ordenado que percebe enquanto ativo, e teria ainda maior dificuldade depois de aposentado com meio salário mínimo, pelo FUNRURAL, não tem condições de ser arrimo de quem quer que seja. O máximo que pode ser é chefe espiritual de sua unidade familiar. Se sua mulher trabalha (quer seja simples companheira, quer seja de papel passado em cartório), é porque precisa. Ambos produzem, ambos lutam, com seu trabalho para complementar as necessidades da mesma unidade familiar.

E a solução para o problema apontado é a aqui proposta. Basta que se considere, para efeito da Lei Complementar nº 11, de 1971 e seu Regulamento que, para efeitos de percepção de aposentadoria pelo trabalhador ou trabalhadora rural, a restrição imposta a qualquer componente de uma unidade familiar só se deve aplicar quando o chefe ou suposto arrimo dessa unidade perceber o equivalente a dois ou mais salários mínimos.

Mais simples e justo não poderá ser, porque, com menos de dois salários mínimos ninguém pode fazer o milagre de manter-se a si próprio e a mais alguém.

Enfim, o problema está focalizado e uma solução está lançada. Gostaríamos de vê-lo solucionado, ainda que mediante um aperfeiçoamento do texto aqui proposto.

Sala das Sessões, 18 de setembro de 1979. — Senador Nelson Carneiro.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 11, DE 25 DE MAIO DE 1971

Art. 4º A aposentadoria por velhice corresponderá a uma prestação mensal equivalente a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo de maior valor no País, e será devida ao trabalhador rural que tiver completado 65 (sessenta e cinco) anos de idade.

Parágrafo único. Não será devida a aposentadoria a mais de um componente da unidade familiar, cabendo apenas o benefício ao respectivo chefe ou arrimo.

(Às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 336, DE 1979

Requeiro, nos termos do art. 367 do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 108/78 que “dispõe sobre aposentadoria especial, aos vinte anos de serviço, para os trabalhadores em cerâmica”.

Sala das Sessões, 18 de setembro de 1979. — Orestes Quércia.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — O requerimento que vem de ser lido será publicado e incluído em Ordem do Dia nos termos regimentais.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 337, DE 1979

Sr. Presidente,

Nos termos Regimentais, requeiro a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da exposição feita pelo eminente homem público Dr. Barboza Lima Sobrinho no Fórum ABI- Congresso Nacional de Problemas Brasileiros, na Câmara dos Deputados, no dia 18 do corrente.

Sala das Sessões, 18 de setembro de 1979. — Nelson Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — De acordo com o art. 233, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será publicado e submetido ao exame da Comissão Diretora.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

07.46/79

Brasília, 14 de setembro de 1979

Senhor Presidente,

Na forma do disposto no art. 86 do Regimento Interno, venho propor a Vossa Excelência o nome do Senhor Senador Teotônio Vilela para integrar,

como membro titular, a Comissão de Economia em substituição ao Senhor Senador Itamar Franco que renunciou àquela Comissão para, num gesto de elegância e desprendimento, possibilitar o aproveitamento do companheiro de bancada ora indicado. Devo acrescentar que só tenho palavras de louvor e homenagem ao modo como o Senador Itamar Franco presidiu a Comissão.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência o testemunho de alto apreço e fundamentada consideração. — **Paulo Brossard.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — De acordo com o expediente lido a Presidência designa o Sr. Senador Teotônio Vilela para integrar, como membro titular, a Comissão de Economia.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — O tempo destinado aos oradores do Expediente da presente sessão será dedicado, conforme deliberação anterior do Plenário, à comemoração do centenário de nascimento do ex-Senador Miguel Calmon.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Lomanto Júnior que falará pela Aliança Renovadora Nacional.

O SR. LOMANTO JÚNIOR (ARENA — BA. Em nome da Aliança Renovadora Nacional. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O centenário de nascimento de Miguel Calmon du Pin e Almeida, que hoje transcorre, é uma data de especial significação para todos nós que acreditamos no Brasil e a ele procuramos servir, no honroso e ingrato desempenho de um mandato parlamentar...

Suas lutas, seus êxitos, seus trabalhos, sua austeridade, suas preocupações com o bem comum do povo brasileiro, no quadro de um País ainda carente de recursos e de um mundo que vivia em processo de grandes mudanças — tudo, enfim, que assinala a trajetória existencial de Miguel Calmon, de 18 de setembro de 1879 a 25 de fevereiro de 1935, exibe a singeleza inconfundível, a grandiosidade discreta, a beleza olímpica de uma vida voltada inteiramente para o interesse comunitário e para o bem da Pátria.

Sua longa e brilhante biografia não vale, direi, na sua limitada expressão gráfica. O que nela importa ressaltar não é a extensa coleção de títulos, de trabalhos publicados, de cargos que ocupou, de mandatos exercidos. O que deve ser lembrado e exaltado, como exemplo, na edificante história de sua vida, é a forma do desempenho que ele soube dar a tudo o que foi e que executou. Aí reside, de fato, a marca de excepcionalidade que distingue essa figura cujo centenário de nascimento ora comemoramos.

Filho do Contra-Almirante Antônio Calmon du Pin e Almeida e de D. Maria dos Prazeres de Goes Calmon — nasceu Miguel Calmon na velha Capital da Bahia. E, baiano, não deixaria ele nunca de ser, pelas virtudes de que foi possuidor; pelas idéias que esposou; pelas posições de luta que assumiu; pela capacidade de trabalho que demonstrou; e, sobretudo, pelo espírito de tolerância, de conciliação e de ação que assinalaria sua presença na vida pública do País por vinte e oito anos.

Formou-se Miguel Calmon pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1900, após um curso que lhe valeu — público reconhecimento de seu mérito — o recebimento da medalha de ouro *Gomes Jardim*, conferida pela Congregação da Escola. Era a mais alta distinção então atribuída ao melhor aluno da turma de formandos.

Engenheiro, ainda muito jovem, voltou a Salvador, passando a integrar, em 1901, o Corpo de Professores da Escola Politécnica da Bahia, responsável pela cadeira de Geometria Analítica.

No ano seguinte, com apenas vinte e três anos, seria convidado pelo Governador Severino Vieira para Secretário da Agricultura do Estado, cargo em que permaneceu no Governo de José Marcelino.

Suas atenções voltaram-se, desde logo, para problemas técnicos de interesse para a região e para o País. À Primeira Conferência Açucareira, na Bahia, em 1902, apresentou longo e apreciado trabalho sobre o álcool, sua desnaturação e aproveitamento industrial. Tornou-se assim, autêntico pioneiro nos estudos que visavam ao uso do dito combustível nos motores de explosão — assunto que ganharia, sete décadas depois, neste Brasil de nossos dias, a dimensão de uma alternativa viável para a crise de petróleo que aí está.

Outro ensaio sobre as possibilidades industriais do álcool seria apresentado por Miguel Calmon, em 1903, ao Congresso promovido pela Sociedade Nacional de Agricultura.

Em 1905, comparece à Segunda Conferência Açucareira, no Recife, formulando aí proposta — que foi aprovada — no sentido de algumas urgentes medidas para socorrer a lavoura, bem como do envio de missão científica ao Oriente, para observar problemas e soluções, considerada a similitude das culturas agrícolas dos países a serem visitados com as do Brasil.

Sob a chefia do próprio Miguel Calmon, logo partiu a missão para uma longa viagem que se estenderia à Índia, Java, Ceilão e Sumatra. Do que pôde, então, observar e concluir, daria ele conta através de trabalhos publicados no Rio de Janeiro, em 1905 e 1906, tais como *Missão no Oriente*; *O Fumo de Sumatra*; *O Açúcar em Java*; *O Comércio e a Produção da Borracha*. Para a Bahia trouxe ele, dos países visitados, plantas e reprodutores, que seriam utilizados para elevar a produtividade das lavouras e rebanhos locais.

Friso aqui, Sr. Presidente, o caráter inovador, não convencional, de que se revestiu a proposta e a atividade dessa missão. Ela encerrava a idéia — hoje, bem aceita, mas, naquele distante princípio do século, mal compreendida — de o Brasil procurar, fora dos clássicos modelos europeus que nos chegavam e ainda nos chegam através da civilização enlatada, sugestões e fórmulas novas para corrigir persistentes deficiências na condição de velhas práticas agrícolas aqui conservadas.

Essa idéia de cooperação técnica — e também econômica e política — entre os países situados na faixa do subdesenvolvimento, emergiria muitos anos depois, na famosa Conferência de Bandung, no distante Sudeste Asiático, a Primeira Reunião Ecumênica em que os países do chamado Terceiro Mundo tiveram oportunidade de discutir e de tomar decisões, a sós, sem a presença inibidora dos países líderes do capitalismo mundial, sobre a problemática condicionadora do atraso e da miséria que os atingia. Atraso e miséria, aliás, até hoje não extirpados.

Ainda aí, portanto, pode-se identificar em Miguel Calmon a presença inconfundível do homem que sabia ver o presente e o futuro, através de uma ótica mais avançada que a de seus contemporâneos.

À frente da Secretaria da Agricultura da Bahia, não obstante a crônica exiguidade de recursos que tolhe as administrações estaduais do País — uma situação que não mudou, como sabemos — Miguel Calmon, graças a seu preparo, sua inteligência e seu dinamismo, teve oportunidade de assinalar de uma forma fecunda sua presença, através de iniciativas de elevado alcance econômico e social.

Inscreveram-se entre as iniciativas então a ele creditadas a reforma do ensino agrícola, a criação de estações experimentais e a melhoria dos meios de transporte com que contava o Estado.

O Sr. João Calmon (ARENA — ES) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LOMANTO JÚNIOR (ARENA — BA) — Pois não.

O Sr. João Calmon (ARENA — ES) — Nobre Senador Lomanto Junior, permita-me inserir, em seu magnífico discurso, não apenas um agradecimento de humilde parente à homenagem que está prestando à memória de Miguel Calmon no dia de seu centenário, mas também uma referência especial ao devotamento do eminente homem público da Bahia à causa da educação, que é, também, a obsessão de minha vida.

No dia 17 de setembro de 1912, em antológico discurso proferido na Câmara dos Deputados, Miguel Calmon reproduziu duas frases lapidares, uma de Guex ("A instrução e a educação são o mais sólido patrimônio nacional") e outra de Leibnitz ("Quem é dono da educação é dono do mundo") que deveriam continuar a ser repetidas, permanentemente, em nosso País. Desgraçadamente, entretanto, até hoje o Brasil não despertou para a necessidade de ser dada à educação a prioridade preconizada por Miguel Calmon e por seu contemporâneo Miguel Couto que, em 1929, proclamava: "A educação do povo é o único problema do Brasil".

Como governador dos mais eficientes e mais dinâmicos da história da gloriosa terra baiana, V. Ex^a, Senador Lomanto Junior, e o eminente Presidente desta Casa, o notável Senador Luiz Viana Filho, empenharam-se, a fundo, na luta em favor do desenvolvimento da educação, sem, entretanto, o desejado êxito, por absoluta falta de recursos do erário estadual.

A evocação da memória de Miguel Calmon nos deve estimular a prosseguir, sem desfalecimento, na fascinante luta da educação, de acordo com o lapidar frase de Sarmiento: "O povo é o soberano. Eduquemos o soberano".

O SR. LOMANTO JÚNIOR (ARENA — BA) — Prossigo, Sr. Presidente. A etapa seguinte na vida do ilustre brasileiro foi a sua eleição para Deputado Federal, em 1906, sendo então o que obteve maior votação no Estado.

Por essa época, entrosou-se Miguel Calmon com outros deputados jovens como ele, formando o chamado "Jardim de Infância". Explicar-se-ia o fato, acredito, como a natural aglutinação de políticos progressistas — que visualizavam de ângulos novos o interesse do País — para enfrentar e pressionar a mediocridade e o imobilismo que certamente predominavam no universo político brasileiro de então. Era, sem dúvida alguma, uma posição de inconformidade ante o establishment.

De qualquer modo, sua figura já se impusera, despertando a atenção e a admiração de quantos acompanhavam, na época, o que se passava no Congresso da ainda incipiente República.

Tinha ele apenas 27 anos, em 1906, quando Afonso Pena, Presidente eleito da República, convidou-o para Ministro da Indústria, Viação e Obras, de seu Governo. Ruy Barbosa deu-lhe decisivo apoio, anulando resistências ao convite, surgidas na própria bancada baiana. Seria ele o Ministro mais jovem da história do País. À frente da Pasta permaneceria até à morte de Afonso Pena, três anos depois.

Foi extraordinário o que realizou nesse breve espaço de tempo, numa plena confirmação do que dele esperava a Nação.

Deu início a um vasto programa de saneamento em diferentes regiões do País. Promoveu a construção de linhas férreas, em escala jamais alcançada antes. Instalou mais de 3.000 quilômetros de linhas telegráficas; introduziu o tráfego mútuo entre as ferrovias e o telégrafo nacional, empreitada dirigida pelo então Coronel Cândido Rondon. Contratou e instalou as primeiras linhas submarinas para comunicações internacionais. Implantou numerosas colônias agrícolas pelo serviço do povoamento do solo. Criou os Serviços de Estatística e Geológico do Brasil. Garantiu o abastecimento de água necessário para a efetivação do saneamento do Rio de Janeiro. Promoveu obras portuárias em diferentes pontos do litoral brasileiro e organizou a Exposição Nacional de 1908, comemorativa da Abertura dos Portos. Essa exposição daria ao mundo notícia da estabilidade econômica e da prosperidade material em que se encontrava o Brasil, já consolidada a República.

Deixando o Ministério, apoiou a candidatura de Rui Barbosa, na memorável campanha civilista.

Em 1912, foi reeleito Deputado Federal pela Bahia, assinalando sua presença no Congresso de diferentes modos. Alcançou grande repercussão discurso que então pronunciou sobre a educação nacional, em que indicava o roteiro para uma reforma de base que servisse à formação mental e profissional do povo brasileiro. Empenhou-se, também, na elaboração do Código de Águas e do Código de Minas.

Contraiu núpcias com D. Alice da Porciúncula, uma dama rio-grandense de estimável cultura, e partiu para uma longa viagem à Europa, assistindo lá a crise internacional que culminou com a deflagração da guerra, em 1914.

O espetáculo dantesco de um continente em guerra constituiria para sua sensibilidade e sua inteligência um forte estímulo à nova tomada de posições, face à problemática do próprio Brasil, jovem e desarmada Nação que precisava sobreviver na selva de um mundo bárbaro.

Foi assim que pregou em 1915, na Bahia, a necessidade de não incidirmos no erro da neutralidade adormecida, que retardou, com prejuízos para nossos interesses, a reação contra a crise militar que envolveu e incendiou o continente europeu.

Procurou mobilizar a consciência nacional, ante a insegurança e a incerteza que definiam o quadro mundial de crise que se estava vivendo. Falou com particular ênfase à oficialidade jovem das Forças Armadas e acabou fundando, ao lado de militares, de Pedro Lessa e de Olavo Bilac, a *Liga de Defesa Nacional*, uma entidade civil destinada a trabalhar pela mobilização cívico-militar do povo brasileiro.

Para dar exemplo, chegou ele a inscrever-se no Tiro de Guerra nº 7, na antiga Capital da República, marchando como praça de pré, de fuzil ao ombro, pelas ruas da cidade, ante o olhar surpreendido e o aplauso de quantos o reconheceram.

Sobrevindo a paz, assumiu Miguel Calmon a Presidência da Sociedade Nacional de Agricultura. Em 1919, voltou a apoiar o nome ilustre de seu coestadano Rui Barbosa, como candidato à suprema magistratura do País.

Em 1921, obteve seu terceiro mandato de Deputado Federal, e logo seria o Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio do Governo Artur Bernardes, cargo em que permaneceu de 1922 a 1926, realizando um complexo e patriótico programa de administração. O que então logrou fazer consta de seus substanciais relatórios e, de algum modo, constitui o complemento da ação iniciada em 1906 - 1909, na Pasta da Viação.

Em 1927, elegeu-se Senador, sendo Governador da Bahia seu irmão Francisco Marques de Goes Calmon. No Senado, assumiu a mesma atitude de combate e de trabalho que sempre manteve na atividade parlamentar. Tornaram-se famosos dois veementes discursos que então pronunciou, defendendo-se das injustas acusações que envolviam seu nome nos episódios ocorridos na colônia amazonense de Clevelândia.

Vitoriosa a Revolução de 30, Miguel Calmon retira-se, digno e discreto, da vida pública, e vai viver os cinco últimos anos de sua existência ocupado em atender a sua debilitada saúde, sem renegar, todavia, a antiga e nobre vo-

cação de servir à comunidade, colaborando com entidades como a *Casa dos Expostos* e com companhias como a *Cruzada Nacional Contra a Tuberculose*.

Sr. Presidente, a rememoração, talvez um pouco longa, dos sucessivos episódios que compuseram a vida exemplar de Miguel Calmon, tornou-se necessária, neste momento em que se comemora seu centenário. Mas, como disse no princípio deste discurso, esses fatos não esgotam o assunto, não exprimem toda a verdade do biografado.

Outros fatos não ligados estritamente à vida pública do insigne brasileiro Miguel Calmon, precisariam ainda ser lembrados neste momento.

Quero referir-me, por exemplo, a alguns discursos que pronunciou, como cidadão e engenheiro, que bem evidenciam o respeito que lhe tributavam os contemporâneos, no âmbito social e na área técnica. O primeiro deles, como paraninfo, na Escola de Minas de Ouro Preto, em 1918, que na opinião de um comentarista comprova "sua visão fundamental de engenheiro, que forjou e consolidou a de estadista".

O segundo, em 1924, no ano do quinquagésimo aniversário da Escola Politécnica do Rio de Janeiro quando, paraninfoando uma turma de químicos industriais, fez um discurso de extremo realismo, dizendo que "por mais bem dotado que seja pela natureza, nenhum país resiste à concorrência da produção estrangeira, quando não se orienta pelos mesmos princípios de organização científica e técnica". Mas, alertava para a necessidade de técnicos nacionais, mesmo que, como os japoneses, estudassem em países mais adiantados.

"O direito e a Política Nacional" constituiria o título-tema de outro discurso seu, pronunciado no Centro Operário da Bahia, em 1919. Na Associação dos Empregados do Comércio falaria, no mesmo ano, sobre Rui Barbosa e a política nacional" e na Associação Comercial da Bahia, em 1920, teceria considerações sobre "Rui e as classes conservadoras".

Miguel Calmon deixou, publicados, numerosos trabalhos sobre assuntos políticos e técnicos, dos quais destacarei *Fatos Econômicos*, *As lições da Grande Guerra*, *Tendências Nacionais e Influências Estrangeiras* e *As Cooperativas de Crédito*.

A esses trabalhos podem ser juntados os diversos relatórios anuais que publicou, relativos às atividades que desenvolveu como Secretário da Agricultura da Bahia e como Ministro de Estado, por duas vezes, que de algum modo traduzem o melhor de seu pensamento, a propósito dos problemas brasileiros e das soluções que preconizava para eles.

Cabe lembrar que todos os textos de sua autoria exibem um precioso vernáculo. E é uma pena que não se tenha tratado até hoje de uma edição unificada de sua obra. Aqui, pois, minha sugestão à Mesa do Senado, a V. Ex^a, Sr. Presidente, e ao Governo da Bahia, para que promovam essa edição.

A figura de Miguel Calmon deve também ser vista sob outro aspecto, Sr. Presidente. Refiro-me à sua qualidade de engenheiro, uma credencial não muito bem aceita na época em que viveu, para os que batiam à porta da vida pública.

Na verdade, os quadros políticos do Brasil foram constituídos no Império, predominantemente, por fazendeiros e bacharéis. Na Primeira República a situação pouco mudou.

Tinham os fazendeiros, talvez, uma visão realista do País faltando-lhes, entretanto, o instrumental de idéias e conceitos, necessário para a análise e a síntese que leva ao encontro seguro de uma solução. E aos bacharéis — pelo menos os daquele tempo — parece que sobravam idéias e conceitos, mas faltava, exatamente, essa visão fria e direta da realidade geográfica do País, com que eles nunca se tinham encontrado nas salas de aula, nas escolas de São Paulo, de Recife ou de Coimbra, onde obtiveram seus diplomas.

Gestos como o de Rui Barbosa que, ao formar-se, decidiu empreender sozinho uma viagem a cavalo ao interior da Bahia, para ver e entender uma realidade da qual estivera distante, são fatos raros e excepcionais. E, no caso, apenas confirma a genialidade do próprio Rui.

Assim, ante o realismo limitado de uns e o idealismo exuberante de outros, a objetividade profissional de um engenheiro, sua preocupação constante com os números e com os aspectos estritamente técnicos dos problemas — sem desconsiderar o lado político dos mesmos — viria conferir ao baiano Miguel Calmon, uma autoridade nova para esclarecer situações e formar opiniões. O que ele pensava e dizia tornou-se importante para os contemporâneos.

A linguagem que ele usou era diferente e, de certo modo, superior à dos demais políticos de seu tempo. Daí a confiança que inspirou a todos e o êxito que coroou, sempre, os sucessivos papéis que assumiu.

O tempo passa, inclemente, para todos. Uns são logo esquecidos, outros não. Hoje, um século depois do nascimento de Miguel Calmon e quase meio século após sua morte, as idéias, sugestões e soluções alvitadas por esse grande patricio atingem a um nível de impressionante atualidade, mostrando-nos

que ele soube, de fato, ver além das fronteiras de seu tempo. Sr. Presidente, aí, exatamente, sua singularidade.

Se a alguns homens cabe, ainda, a qualificação de "grandes homens", Miguel Calmon Du Pin e Almeida foi um deles, e nada melhor o define, concluo eu, do que o epitáfio por ele próprio escrito para seu túmulo. Diz apenas isto — e nada mais seria necessário acrescentar:

"Não desonrou a família, não espoliou a pátria e serviu à humanidade."

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro, que falará pelo Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (MDB — RJ. Em nome do Movimento Democrático Brasileiro. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Fiz um exame de consciência antes de aceitar a honrosa incumbência de falar, nesta oportunidade, sobre meu eminente conterrâneo Miguel Calmon du Pin e Almeida, cujo centenário de nascimento ora se comemora. E aceitei o encargo que me conferia o nobre líder de minha bancada porque, quarenta e quatro anos depois da morte do homenageado, não precisava retificar nenhum conceito, nem modificar qualquer julgamento. Nascido e criado que fui numa família ligada indissolavelmente a José Joaquim Seabra, Miguel Calmon era dos expoentes da aguerrida oposição baiana. Desde quando convocado aos dezenove anos para os comícios da Aliança Liberal e os ardores da imprensa política, meu pai, Professor Souza Carneiro, o espírito mais liberal que conheci, me fez um único pedido: Que poupasse a seus dois companheiros de congregação da Escola Politécnica, Otávio Mangabeira e seu compadre Miguel Calmon. Fora examinador do primeiro, ingressara no velho Instituto mais ou menos ao mesmo tempo que o segundo. Fiz-lhe a vontade. A Otávio Mangabeira acompanhei politicamente depois que Seabra morreu. E de Miguel Calmon posso falar hoje com a tranquilidade de quem antes jamais o combatera, além de sermos nós, Sr. Presidente, dos raros, entre os atuais membros desta Casa, que o conheceram pessoalmente.

A política foi, para Miguel Calmon, o prolongamento de uma tradição, de homens públicos da Colônia, da Independência e do Império. Com a queda de Feijó e regência de Araújo Lima, integravam o governo Bernardo Pereira de Vasconcelos na Justiça, Itaboraí na Marinha, Maciel Monteiro nos Estrangeiros, Rego Barros na Guerra, e Abrantes na Fazenda. E ele-lo de novo, a gerir as finanças imperiais, no ministério de 23 de março de 1841, "gente indicada, como escreve Pedro Calmon, para representar, na festa da coroação, o partido da ordem, enraizado na aristocracia territorial, no grosso comércio — varrerá das posições os adventícios. Eram os ortodoxos". Conhecerá dias tumultuosos, viverá as emoções da dissolução da Assembleia Constituinte. Mais tarde, deputado, fora convocado por Pedro I para aquela mesma pasta, onde fez cumprir a lei que organizou a Caixa de Amortização da Dívida Fundada. Ocupara também o Ministério dos Estrangeiros, a que voltaria em 1.862, durante a rumorosa Questão Christie.

Foi nesse antepassado ilustre, primeiro Visconde e primeiro Marquês de Abrantes, seis vezes ministro, que se inspirou o filho do contra-almirante Antonio Calmon du Pin e Almeida e de D. Maria dos Prazeres de Góes Calmon. Sua carreira é vertiginosa. Aos 21 anos conclui o curso na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, galardoado com a medalha de ouro Gomes Jardim. Aos 22 integra o corpo docente do Instituto Politécnico da Bahia. No ano seguinte já é secretário de Estado, no governo Severino Vieira.

A República não repete a instabilidade dos gabinetes do Império. Mas o jovem Miguel Calmon tem pressa, parece inspirar-se no ancestral ilustre. A Secretaria da Agricultura propiciou-lhe a elaboração de memória sobre a industrialização do álcool para o congresso que a Sociedade Nacional de Agricultura realizava no Rio de Janeiro. Como o Abrantes do Império, que estimulava a criação de associações de agricultura e de colonização e, nos últimos anos de vida, dividiria seu tempo entre os afazeres do Senado e do Conselho de Estado e suas atividades na Santa Casa e no Instituto Agrícola, o descendente ilustre se preocupou desde moço com os problemas da terra.

De volta de missão científica à Índia, Ceilão, Java e Sumatra, ocupa a tribuna da Câmara dos Deputados e pronuncia, em julho de 1.906, longo e documentado discurso sobre o famoso Convênio de Taubaté. É um trabalho de fôlego, ilustrado com numerosos dados estatísticos, e com preciosas observações que fizera de sua viagem à Ásia. Ao opor-se à projetada valorização do café, repete a frase do presidente norte-americano, que proclama "absolutamente condenável sonegar uma verdade da qual se nutre convicção, a fim de manter compromisso que seja meio caminho para o mal". Recorda então os laços que o ligam ao antepassado maior: — "Importa notar que, em 1.833, o então Visconde de Abrantes emitia conceitos de todo ponto comparáveis, em relação ao açúcar, de inteira oportunidade quanto ao café". Suas palavras

são grave advertência: — "E, agora mesmo, quando se vê o Secretário da Agricultura dos Estados Unidos estranhar o colossal valor da importação de café no país e concitar as novas colônias para virem abastecer o mercado da metrópole, esboçando no seu relatório todo um programa de esforços nesse sentido; quando nos devemos esforçar por afastar a competência de uma nação tão rica de capitais quanto robustecida por capacidade técnica, cuja pujança sem cessar se acentua em todos os domínios, ou matando a nossa cultura de algodão, ou roubando-nos a laranja para fazer dela tesouro inextinguível, ou vencendo a própria no que há de mais peculiar; é neste momento que vamos incitá-los, por novas exigências a, com dobrado afincio, rotearem as terras virgens de suas possessões".

Miguel Calmon tem 27 anos, integra a mocidade política, de que é expoente Carlos Peixoto. Ei-lo que continua, no combate à valorização do café. Aponta o que está ocorrendo com a borracha: — "Quem não sabe das censuras de que os brasileiros são passíveis em todo mundo porque mantêm exagerados impostos de exportação sobre a borracha, abusando, por tal arte, de um privilégio natural em prejuízo da respectiva indústria, e de como já se preparam para a desforra com vastíssimas plantações de nossa *hevea*?". Trata do problema do algodão, estuda a crise do trigo na Rússia, a do chá no Ceilão.

Também a queda do preço do cacau o preocuparia, ao retornar à Câmara, no começo da década de 1920. E indaga: — "Como resistir o nosso produtor desamparado a tão forte corrente baixista, sem auxílio algum de crédito? Não merece a sua sorte com paixão?". Miguel Calmon rememora o que acontecera nos Estados Unidos com a baixa dos produtos agrícolas. O Presidente da República não atendera aos lavradores, mas o apelo fora acolhido pelo Congresso.

Essa constante preocupação com a agricultura leva-o à pasta ministerial, no Governo Artur Bernardes. Não pode realizar ali a mesma dinâmica atuação, que marcara, no governo Afonso Pena, a sua interrompida passagem pelo Ministério da Viação. Como o primeiro, Miguel Calmon o fora "da exposição nacional inaugurada em 1861, onde concorreram à porfia as forças industriais do império", o Abrantes da República se tornou a alma da Exposição Nacional de 1980.

Os acontecimentos que marcaram o quadriênio do penúltimo presidente mineiro arrastaram-no igualmente, e em dezembro de 1927 e março de 1928 Miguel Calmon ocuparia a tribuna desta Casa, para, entre sucessivos apartes, desobrigar-se de qualquer responsabilidade na sorte dos presos da Clevelândia. São dois discursos longos e documentados, em grande parte um vivo diálogo entre Miguel Calmon e Antonio Moniz, sem que um chegasse a vencer ao outro. Mas a uma afirmação de seu ilustre adversário, coube ao orador cobrir nobremente todo o governo a que servira: — "O meu ponto de vista é defender o Governo passado integralmente, sem ocultar a verdade".

A revolução de 1930 encontrou-o no Senado Federal, onde chegara três anos antes, depois que a Comissão de Poderes, por maioria, rejeitara a vemente contestação apresentada por Seabra.

Curioso é que, de acordo com a pesquisa que realizei, a última intervenção de Miguel Calmon nesta Casa, nos primeiros dias de outubro de 1929, se refere aos incidentes que marcaram comício que o Partido Universitário Democrático da Bahia tentara realizar na Praça Rio Branco, local proibido pela Polícia. Entre os manifestantes, Sr. Presidente, continuam no Congresso Nacional, desaparecido Joel Presídio, o Deputado Manoel Novaes, cuja mão enfaixada ilustrou a imprensa oposicionista da época, e eu...

Outros aspectos da atividade política e administrativa de Miguel Calmon acabam de ser focalizados pelo nobre Senador Lomanto Júnior, com riqueza de pormenores e de eloquência. Permitam-me, apenas, Srs. Senadores, concluir esta desataiada evocação da vida pública de meu ilustre coestadano, que se encerrou com a República Velha, pouco menos de um lustro antes que a morte o colhesse na flor da maturidade, aos cinquenta e cinco anos, recordando sua esclarecida intervenção nos debates sobre a anunciada concessão de subsídios aos Estados para a difusão do ensino primário. Sua posição é contrária. Invoca a Constituição Republicana, arrima-se no texto constitucional da Suíça, onde "a instrução e a educação são o mais sólido patrimônio nacional". Entende desastrosa a presença da União em serviços que vão merecendo certo desvelo dos Estados. Isso não quer dizer que a União não pode nem deve interessar-se pela educação do povo. Propõe que o Governo Federal celebre convênios com os Estados para avocar a direção e o custeio das Escolas Normais. E, antecipando-se naquele distante 17 de setembro de 1912 às Faculdades de Filosofia, sugere profeticamente: — "Crie, em seguida, (a União) uma Escola Normal Superior, para formar os mestres das Escolas Normais Secundárias, e faculte meios de serem estas, desdobradas e dotadas da organização pedagógica e do aparelhamento que, em geral, requerem".

Cita Herbart, que há mais de um século afirmara: — “Precisamos de escolas normais e de escolas de experiência”.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO (MDB — RJ) — Pois não.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — V. Ex^a, a exemplo do Senador Lomanto Júnior, faz belíssima radiografia de um grande brasileiro. Interessante é que mais de 50, mais de 60, 70 anos são decorridos e até hoje nós não aprendemos ainda que a melhor via para o desenvolvimento do nosso povo, como de qualquer povo, é a educação. É interessante: o grande problema hoje, um dos grandes problemas nacionais é a educação, particularmente o ensino técnico de nível médio. O Senador Miguel Calmon já, há 70 anos pregava essa necessidade. Os anos passaram e nada evoluiu. Houve um Ministro da Educação — e não um Ministro qualquer — o qual criou uma lei para dar desenvolvimento ao ensino técnico neste País, o ensino profissionalizante, entretanto esse ensino continua nas prateleiras.

O SR. NELSON CARNEIRO (MDB — RJ) — Agradeço a intervenção de V. Ex^a e repito a frase de Herbart, que Miguel Calmon citava em 1912, 17 de setembro, em que dizia: “Precisamos de escolas normais e de escolas de experiência”.

São exatamente essas escolas que o Brasil reclama e apesar da iniciativa do Senador Jarbas Passarinho, quando Ministro da Educação, elas não se multiplicaram como todos nós desejávamos.

Mas instrução e educação de acordo com as tradições e os costumes do País. Essa preocupação de identidade com os antecedentes e com os destinos nacionais ajusta-se à sua presença na Liga de Defesa Nacional, sua incorporação na campanha nacional do voluntariado, sua participação no movimento de solidariedade à decisão governamental de intervir na primeira guerra mundial.

Como o marquês, Miguel Calmon foi um nobre na política republicana. Não cortejou jamais a popularidade fácil e os postos que galgou premiaram sua preocupação com os problemas maiores do País. Ligado a Ruy Barbosa, contou com seu apoio para integrar o Ministério de Afonso Pena, e acompanhou ao mestre na campanha presidencial de 1919. Fez parte de uma geração de baianos eminentes, que as pugnas eleitorais dividiram, como paroxismos de irreversibilidade.

Ao ensejo do centenário de seu nascimento, justo que os homens públicos, que ora se reúnem nesta Casa, que ele ilustrou, reverenciem sua memória. É o que ora faço, Sr. Presidente, em nome do Movimento Democrático Brasileiro. (Muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Antes de passarmos à Ordem do Dia, a Mesa deseja não somente se associar às justas homenagens prestadas a Miguel Calmon, certamente um dos maiores brasileiros, deste século, creio que o mais jovem Ministro da Velha República, senão o mais jovem, um dos mais ilustres. São numerosos os seus serviços, como bem assinalaram os dois oradores que falaram em nome do Senado. São muito os seus trabalhos pelos quais honrou as tradições de sua família, tradições que se estendem à Guerra da Independência, no Recôncavo Baiano.

Se eu tivesse que buscar um título para Miguel Calmon, não seria apenas o de grande educador, o de grande economista, mas sobretudo o de grande estadista que, no Ministério da Viação, aos 27 anos de idade, teve a visão de construir a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a qual iria incorporar à vida econômica do País, toda aquela região que se estende de São Paulo até Mato Grosso. É a região que jamais deverá esquecer o trabalho ali realizado pelo grande Ministro Afonso Pena.

Agradeço assim o brilho que deram a esta sessão os Senadores Lomanto Júnior e Nelson Carneiro, que falando pelos Partidos da ARENA e do MDB, trouxeram a unanimidade da Casa na homenagem e no elogio de um grande Senador, Senador que ilustrou esta Casa, como ilustrou a Nação brasileira.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Guimard — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Gabriel Hermes — Alexandre Costa — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Humberto Lucena — Milton Cabral — Marcos Freire — Arnon de Mello — João Calmon — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Tancredo Neves — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Pedro Pedrossian.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Está finda a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr 1º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 338, DE 1979

Nos termos do art. 198, alínea d, do Regimento Interno, requero inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item nº 1 seja submetida ao Plenário em último lugar.

Sala das Sessões, 18 de setembro de 1979. — **Jarbas Passarinho.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — De acordo com a deliberação do Plenário, o item nº 1 da pauta será apreciado em último lugar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Passaremos, pois, ao item 2:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 278, de 1979, do Senador Leite Chaves, solicitando, nos termos do art. 418, inciso I, do Regimento Interno, a convocação do Senhor Ministro de Estado da Indústria e do Comércio, João Camilo Penna, para prestar esclarecimentos, perante o Senado Federal, sobre o empréstimo concedido à COPERSUCAR e ao Grupo Atalla.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 339, DE 1979

Nos termos do art. 350, combinado com a alínea c, do art. 310, do Regimento Interno, requero adiamento da votação do Requerimento nº 278, de 1979, a fim de ser feita na sessão de 10 de outubro próximo.

Sala das Sessões, 18 de setembro de 1979. — **Humberto Lucena.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — De acordo com a manifestação do Plenário, a matéria voltará à Ordem do Dia da sessão de 10 de outubro próximo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Item 3:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 323, de 1979, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do pronunciamento feito pelo jornalista Roberto Marinho, no dia 29 de agosto de 1979, por ocasião da Abertura dos Seminários sobre o Modelo Energético Brasileiro, promovidos pelas Organizações Globo, no Rio de Janeiro.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição.

É a seguinte a matéria cuja transcrição é solicitada:

O Globo, 30-8-79

“Um verdadeiro jornal jamais estaria cumprindo o seu papel se, nos momentos certos, não se lançasse ao levantamento das idéias, ou às próprias realizações, que atendem às angústias, ou aos problemas nacionais.

Por isto, ocorreu a nós de *O Globo* que, neste instante da vida nacional, deveríamos provocar um encontro de todos quantos pudessem trazer as luzes de suas idéias, ou as lições de sua experiência, para amplos debates sobre a problemática da energia. E, desde logo encontramos o mais entusiástico apoio do Ministério das Minas e Energia, e da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República para a realização da série de Seminários, que hoje se inicia.

Estes Seminários do Modelo Energético Brasileiro visam a dar oportunidade, de se fazerem ouvir, num recinto tão significativamente solene como este, todas as vozes competentes daqueles que possam trazer, ao Governo e ao País, a contribuição de sua inteligência especializada.

Dada a importância, e até mesmo a gravidade do tema, a realização destes debates chega a ter algo de convocação nacional.

Foi certamente por esta razão que o Ministro César Cals e o Ministro Said Farhat logo assumiram também a responsabilidade de comando e participação nestes Seminários.

Interpretando o pensamento e as preocupações do Presidente João Figueiredo, eles entenderam, como nós, que era chegada a hora de chamarmos a um pronunciamento público, em bem do País, todos aqueles nossos compatriotas que trazem como bagagem da sua competência profissional, conhecimentos e experiências em quaisquer das áreas de onde possam prover as soluções alternativas para o problema energético.

Deve-se igualmente ressaltar que, talvez muito mais do que possamos supor, olhos ansiosos se voltam para o nosso comportamento, procurando sa-

ber que passos o Brasil dará, ou por que vias prefere caminhar o nosso País, com vistas a resolver os desafios do drama energético.

Por isto, não tenho dúvidas de que a convocação destes Seminários se realiza na hora mais oportuna.

Se tivéssemos tentado realizá-los antes, não contaríamos para seu êxito ou interesse com a moldura de dramaticidade, que se vem estreitando angustiosamente, sobre nós e sobre o mundo, a cada nova reunião da OPEP.

E se retardássemos estes encontros, estaríamos ensejando que as ansiedades nacionais se acumulassem talvez até à desorientação e ao desespero.

Tenho certeza, Senhor representante do Vice-Presidente da República, Ministro César Cals; Senhor Governador Chagas Freitas; Senhor Prefeito Israel Klabin; Senhores representantes das Forças Armadas; Senhor Presidente da Associação Brasileira de Imprensa;

Tenho a certeza, senhores conferencistas, senhores debatedores, cientistas, empresários e autoridades — que estamos abrindo, pela via democrática destes debates, caminhos pioneiros que podem vir a servir não apenas ao nosso País, mas também a todos os povos cujos destinos parecem, no momento, bloqueados pelo mesmo grave obstáculo da carência energética.

Dado o proveito que o Brasil pode vir a tirar destas reuniões, tenho a convicção de que esta solenidade é um marco histórico.

Isto porque, aqui deverão consolidar-se idéias e projetos, que serão básicos para equiparmos o painel de comando — que nos livrará dos perigos do voo cego, na busca de roteiros para vencermos a nebulosidade e a densidade da crise energética.

Sejam bem-vindos todos os que, debatedores ou testemunhas, atenderam a convocação para este encontro.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Item 4:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 325, de 1979, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Presidente da República, João Figueiredo, em Belo Horizonte, no dia 5 de setembro de 1979.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição.

É a seguinte a matéria cuja transcrição é solicitada:

A INTEGRA DO DISCURSO

"Excelentíssimo senhor vice-presidente da República, Aureliano Chaves, Excelentíssimo senhor governador do Estado, Francelino Pereira dos Santos,

Excelentíssimas autoridades, minhas senhoras, meus senhores,

Povo de Minas Gerais:

Vim a Minas comemorar convosco estes dias da Semana da Pátria.

Minas, onde tudo começou, Minas dos primeiros mártires.

Minas, onde se aprende a amar a liberdade, sonho eterno, ainda quando realidade presente.

Venho depois de haver passado por São Paulo, onde tudo se consumou. Onde as vibrações da alma brasileira atingiram o coração do jovem príncipe português.

Do lugar onde pela primeira vez brilhou no céu da pátria "o sol da liberdade em raios fúlgidos", como cantamos nestes dias.

De São Paulo para Minas, meditei sobre os imprevisíveis caminhos dos povos. O jovem Pedro do Ipiranga era neto da mesma Maria que, apenas 30 anos antes, sancionara as condenações de Tiradentes e seus companheiros.

Tais são os caprichos da história, que, poucos anos depois, o mesmo príncipe sonharia reunir novamente, numa só, suas duas pátrias. A D. Pedro pareceu natural juntar o título de rei de Portugal ao do imperador do Brasil.

Caprichos da história, talvez. Ou então, indício da índole dos brasileiros, que, em jovem, Pedro absorvera. Pois nós somos, como os mineiros, tão bem exemplificam, pela conciliação. A mão estendida. O milagre de uma gente para quem o dia de glória é o do perdão e do esquecimento, e não o dia da ira, oi dia da violência, o dia de somar, e não o de dividir. O dia de chegar e não o de partir. O de achar e não o de perder.

Para nós brasileiros, a esperança reside na idéia de união, de coesão. Como os mineiros sabem tão bem, pois sempre se apresentaram unidos e coesos nos grandes momentos da nossa história. Como deve continuar a ser nos dias de hoje, para o bem de Minas e do Brasil.

Quem assim não nos souber entender, quem não quiser colocar-se na perspectiva de uma sociedade em busca de paz e harmonia para construir o futuro; quem não entender as vozes da nossa tradição mais legítima, terá o repúdio com que os brasileiros sepultam aqueles empenhados em voltar para trás as páginas do livro da história.

No século passado, nesta parte do mundo, a independência com que sonhavam os brasileiros, resumia-se praticamente, em sua expressão política. Especialmente no sul do continente, os colonizadores satisfaziam-se com o suprimento de matérias-primas e produtos nativos, em estado natural. Preciavam de uma força de trabalho barata, e, se os imigrantes e degredados não bastassem, havia sempre outras raças para escravizar.

Nada de atividades industriais, mesmo elementares. Poucas escolas. Menos ainda, aquelas onde se ensinassem os ideais libertários que vicejavam em outras partes.

Por isso mesmo, salvo algumas exceções, como as realizações minerais na siderurgia, no começo do século XIX, chegamos a este século atrasados em relação a muitas das técnicas e ciências que não havíamos aprendido ou experimentado.

Hoje sabemos que a independência política, será vazia se não abranger, em primeiro lugar, a reafirmação da individualidade cultural dos povos.

Num mundo que se apequena, a permanência dos traços culturais é razão de sobrevivência da identidade nacional. Mantenho, por isso, que a uniformidade niveladora e despersonalizante não pode ser aceita como decorrência inevitável do progresso, do convívio internacional e do intercâmbio desejável de idéias.

Mas o conceito de independência desdobra-se, em seguida, na economia, no domínio da tecnologia e no desenvolvimento social. De nada servirão as riquezas deste mundo, se não servirem para melhorar a qualidade da vida dos povos. Os gastos suntuários, os desperdícios em inutilidades vistosas são outros tantos insultos à dignidade da espécie humana.

Tenho, por isso, que a expressão mais legítima da independência é a igualdade. Que se realiza, entre nações, pela soberania nacional e pela não-intervenção de umas nos assuntos domésticos de outras. Igualdade, entre os homens, exige respeito à sua condição de beneficiar os de todas as coisas criadas, independentemente do lugar onde tenham nascido, de sua crença, ou da cor de sua pele.

Por isso mesmo, sustento a vinculação indissolúvel e indivisível do conceito de independência das nações ao direito de todos os povos a uma participação mais justa e equitativa nos bens terrenos. De outra forma, estaremos violando, na terra, o destino da humanidade, naquela outra pátria, comum, que o criador nos reservou.

Naturalmente, a igualdade não assenta na indolência. Ou na contemplação passiva das oportunidades, fugazes e passageiras, como soem ser.

Os povos têm o dever de lutar por seu próprio adiantamento, na tentativa sincera de corrigir as injustiças que sempre existirão.

Olhando para tantos jovens, como vi hoje em Belo Horizonte, posso dizer que, no espaço de minha geração, os brasileiros assim têm feito. E a geração desses jovens continuará a fazê-lo.

Bem no espírito deste final de século, vamos adquirindo conhecimento e tecnologia, para hoje e para o futuro. E prosseguiremos nesse caminho, apesar da passividade dos incrédulos e do derrotismo dos que tudo condenam; pois a nada aspiram.

Vamos aperfeiçoando nossos produtos. Estamos criando novas fontes renováveis de energia, também como penhor de independência, e em escala raramente vista.

Não só estamos fazendo a maior usina hidrelétrica de que se tem notícia, em associação com nossos vizinhos paraguaios, mas construimos, dentro de nossas fronteiras, algumas das maiores usinas do mundo.

Mantemos e manteremos, com nossos amigos alemães, um sofisticado acordo que nos permitirá dominar a tecnologia do átomo, passaporte para a energia pacífica do século XXI.

Embora às vezes pareça que tudo nos falta, continuamos a ser grandes produtores de alimentos. Para algumas nações populosas, o Brasil é um formidável fornecedor em potencial de produtos de mesa.

No plano interno, vamos realizar obras de grandes significação. Dentro de quatro anos, a Ferrovia do Aço e a linha do centro formarão um sistema integrado capaz de transportar 95 milhões de toneladas anuais de produtos de Minas para o resto do Brasil e para o mundo.

Os investimentos da Ferrovia do Aço deverão chegar aos 50 bilhões de cruzeiros. As encomendas à indústria brasileira abrangem a totalidade da frota de locomotivas e vagões, além de vultosos equipamentos, sistemas e serviços outros.

Como prometi nesta mesma sala, há pouco mais de um ano, acabo de autorizar o início do quarto estágio do Programa Siderúrgico Nacional. O primeiro laminador de tiras a quente desse programa será implantado pela USIMINAS, no Eixo Ipatinga — Ouro Branco. O investimento para esse fim, de 20 bilhões de cruzeiros de hoje, provirá em grande parte de recursos da própria USIMINAS. Revela notar que 85% dos equipamentos serão adquiridos à indústria nacional de bens de capital.

Além desses, vários projetos serão acionados, como os que vamos assinar ainda hoje, para obras neste Estado. Dentro das realidades orçamentárias, o governo não vai parar. Os brasileiros podem estar certos, confiantes e otimistas. Prosseguiremos, no plano econômico, a consolidação da independência política.

Mas é sobretudo no social, acima de tudo nos investimentos feitos no homem e para seu bem-estar, que verdadeiramente realizaremos a independência nacional. Por assim julgar, desejo deixar bem claro que o pensamento e a ação de meu governo não se realizam só nas construções, nas obras e nos edifícios, nas fábricas e nas máquinas, nas usinas e nos geradores. Por mais necessários que sejam os bens materiais, precisamos não esquecer: tudo isso existe para o homem. E se não contribuir para a sua felicidade, será em perda.

Nós brasileiros desejamos o progresso. Mas não uma sociedade materialista.

Penso, portanto, que nossa independência só se completará na medida em que os investimentos na saúde do homem, na sua educação, na sua casa, no seu bem-estar, enfim, poderem expressar-se com a mesma grandiosidade das cifras referentes ao progresso visível e palpável.

Só assim realizaremos os ideais daqueles para quem a independência era o bem supremo. A aspiração deles ecoou nas margens do Ipiranga, naquela tarde de 7 de setembro de 1882. E continua reboando até hoje.

Essa aspiração enche nossos corações de sonhos ainda mais grandiosos de independência. De uma presença cada vez mais atuante do Brasil no concerto das nações.

Muito obrigado"

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Item 5:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 327, de 1979, do Senador Orestes Quêrcia, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 80, de 1978, de sua autoria, que altera dispositivo do vigente Código de Processo Civil (Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973).

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto a que se refere o requerimento que vem de ser aprovado voltará a tramitar normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Passa-se, agora, à apreciação do item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 41, de 1979, apresentado pelo Senador Orestes Quêrcia, que cria Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar denúncias sobre violação de direitos humanos nos últimos dez anos, tendo

PARECER, sob nº 488, de 1979, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, contrário, com voto vencido do Senador Nelson Carneiro.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão anterior, tendo a votação adiada por falta de *quorum*.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — Sr. Presidente, requeiro verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Sendo evidente a falta de número, em plenário, a Presidência deixa de proceder à verificação solicitada, ficando a votação adiada para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao nobre Senador Evelásio Vieira, orador inscrito.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No ano em que se comemora o centenário de nascimento do cientista brasileiro Carlos Justiniano das Chagas, e em que o Ministério da Saúde, através da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, em trabalho junto a instituições de pesquisa e ensino, dispõe, pela primeira vez, de um levantamento global da prevalência da infecção chagásica no País, pensamos que se deva dar outra dimensão ao Programa de Controle dessa endemia.

Sabe-se que na ausência de drogas comprovadamente eficazes e que possam ser administradas em larga escala, e sem que haja quaisquer meios imunizantes, a única alternativa em termos de profilaxia é o combate dirigido ao transmissor.

Desde o ano de 1949, tem o Ministério da Saúde procurado desenvolver atividades de controle, dentro das disponibilidades orçamentárias destinadas a esse órgão.

Sendo em sua fase crônica doença altamente debilitante e que leva, não raro, à morte, predominantemente na faixa etária de população entre os 25 e 50 anos, tem profundas implicações econômico-sociais, na medida em que incide preferentemente em pessoas em sua fase mais produtiva, quase sempre habitantes do meio rural.

Com uma área conhecida de transmissão, no País, em torno de 2.000.000 de km², que se estende do Piauí ao Rio Grande do Sul, com portadores domiciliados em aproximadamente 1.500 municípios brasileiros, a Doença de Chagas é provavelmente dos males o pior, e talvez o mais danoso à população rural.

O Programa de Controle que vem se fazendo atinge, no momento, a 60% da área supostamente endêmica, e que a custo de muito esforço tem sido mantida em trabalho desde o ano de 1975. Os primeiros resultados positivos, obtidos como produto da ação desenvolvida, indicam já a possibilidade real de que a interrupção da transmissão intra-domiciliar da doença se faça a curto prazo, pela desinsetização periódica de prédios infestados. Essa é a arma que se dispõe, e cuja eficácia não pode ser contestada. Isso demonstra a experiência do Estado de São Paulo, onde a Secretaria de Saúde, que aí assumiu a atividade de controle, tem hoje toda área originariamente chagásica sob vigilância, e onde inquéritos sorológicos em anos mais recentes comprovam a inexistência de casos novos da enfermidade.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE) — Com muito prazer, eminente Senador Henrique Santillo.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Tomo a liberdade de interromper o seu pronunciamento para congratular-me com V. Ex^a Eis aí uma doença, uma endemia, fruto do subdesenvolvimento e da miséria, cuja solução, sem dúvida — e V. Ex^a como médico conceituado também vai admitir isso — reside no problema habitacional do campo. Por outro lado, a solução deste problema habitacional também não está setorizado, não está isolado e não pode ser setorizado porque depende do desenvolvimento do próprio campo, objetivando soluções de seus problemas sociais. Este problema gravíssimo da doença de chagas atinge, em termos de infecção, mais de 10 milhões de brasileiros, e em termos de inutilização de brasileiros para o trabalho, ainda jovens, também atinge a números astronômicos. O problema habitacional, abordado aqui pelo ilustre Senador Evelásio Vieira que o antecedeu na tribuna, também depende de soluções globais para o País, com as quais, tenho certeza, todos nós estamos preocupados. Eu parabeno V. Ex^a pelo discurso.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE) — Muito agradeço a V. Ex^a, eminente Senador Henrique Santillo, pelo seu aparte. V. Ex^a, médico como eu, bem sabe dos males, do grande estrago e dos enormes prejuízos que traz a Doença de Chagas à saúde do povo brasileiro. O aparte de V. Ex^a muito enriquece o meu pronunciamento.

A força de trabalho no campo é quase toda representada pelo homem, e ela só existe plenamente na medida em que esse homem é sã. A saúde nos parece ser antes de tudo um direito do cidadão, e além de uma responsabilidade pessoal, coletiva, e do Governo.

Em outro sentido, entendida a saúde como resultante mas também como agente de desenvolvimento, e sendo uma prioridade do Governo o setor primário, sobretudo a agricultura, há necessariamente que se considerar o fator de produção representado pela mão-de-obra. Não apenas em função dessa definição de política econômica, mas além disso porque o indivíduo tem um valor econômico em si.

Em uma economia subdesenvolvida, a pobreza gera debilidade no trabalho humano, de onde resulta produção insuficiente, baixa renda, nutrição e habitação deficientes, doença e pobreza.

A doença de Chagas está, como poucas outras, intimamente vinculada ou condicionada a esse ciclo de relação pobreza-doença-pobreza. Aí estão, aos milhares, as *cafuas* ou "ranchos", e nelas os "barbeiros" que, para a área onde fez já a SUCAM o inquérito que orienta as medidas de controle, apresentam em média índices de infecção natural pelo agente causal da enfermidade (*Trypanosoma cruzi*) da ordem de 4,1%. Dos 467.715 triatomíneos capturados e examinados, no período 1975/78, como parte das atividades do Programa do Ministério da Saúde, 19.279 foram positivos ao exame.

O número total de prédios tratados com inseticida, nesse mesmo período, já em sucessivas borrafas, foi de aproximadamente 3.187.991, em 103.291 diferentes localidades, e em (treze) 13 das unidades da federação.

Diante da extensão do problema, que esses números expressam, nos parece que um programa de melhoria da habitação rural, com a abrangência que deveria ter, é de certa forma um sonho; a menos que seja benefício dirigido apenas àquelas populações mais carentes e onde, em função disso, o problema é particularmente grave.

Julgamos que, ainda aceita como solução exclusiva e definitiva a melhoria da habitação, para a interrupção da transmissão domiciliar da doença de Chagas, não deverá a mesma implicar no acolhimento do ponto de vista de que o afastamento do triatomíneo da casa possa ser definitivo. Há toda uma realidade social e cultural a considerar. É claro que nada disso invalida o fato de que um componente de fundamental importância na ocorrência e manutenção da endemia chagásica são as más condições de habitação no meio rural, e de que uma política que atente e atenda ao problema deveria ser adotada.

No entanto, a atitude mais realista e viável no momento, é o controle da doença de Chagas através do tratamento periódico da casa infestada pelos inseticidas de ação residual, o que está ao alcance, é possível, e tem sua eficácia plenamente demonstrada.

Os recursos necessários a um amplo programa de controle, e que garanta sua continuidade, seriam inicialmente da ordem de 900 milhões de cruzeiros anuais, por um período não inferior a (cinco) 5 anos. Esses são dados do próprio Ministério da Saúde, e que representam um acréscimo de 55 a 60% em relação ao que vem sendo destinado ao atual programa desenvolvido pela SUCAM, hoje sob a direção eficiente do Superintendente Joaquim de Castro Filho.

É difícil que se estabeleça alguma relação de benefício-custo, enquanto se pense esse benefício exclusivamente como ganho econômico, e que certamente existe no caso, mas o maior e imensurável é o próprio bem-estar individual e social, objetivos finais do próprio desenvolvimento, o que esperamos seja realizado no Governo do Presidente João Baptista de Figueiredo, na gestão do Ministro Mário Augusto Jorge Castro Lima à frente do Ministério da Saúde, que está demonstrando todo o interesse no combate à doença de Chagas que, infelizmente, infesta o nosso País. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Agenor Maria. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Orestes Quêrcia. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Santillo.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero apenas, rapidamente, abordar um assunto da maior importância.

Enquanto o Governo procura imprimir uma discussão artificial em torno de determinados problemas políticos, dois fatos ocorrem neste País, segundo meu modo de ver, de suma gravidade: primeiro o esvaziamento do Congresso Nacional, esvaziamento progressivo de ambas as Casas do Congresso Nacional. Este é um fato gravíssimo que poderá levar a consequências sérias, na medida em que este Congresso possa cair, mais ainda, no descrédito da sociedade. Mas, o segundo, mais grave, no meu modo de ver, é que, enquanto os meios políticos discutem nos bastidores e se assoberba a reformulação partidária, o Governo continua encaminhando os rumos da política

econômica do País. E este encaminhamento, por isso mesmo, está se fazendo apenas pelo Governo, sem maiores discussões. A sociedade não tem participado, os meios políticos têm participado *pouquíssimo* das discussões em torno da formulação de uma política econômica para o País.

Enquanto nos assoberbamos nos bastidores com a preocupação de uma reformulação partidária casuística que objetive apenas a possibilidade de um continuísmo por parte daqueles que governam o País, medidas estão sendo tomadas que nos devem causar extrema preocupação, porque são medidas, muito possivelmente, destinadas a desnacionalizarem, ainda mais, a economia brasileira.

Estou aqui com números, exemplares da *Gazeta Mercantil*, um jornal que trata bastante profundamente dos problemas econômicos do País. E, nos últimos dias, a *Gazeta* tem trazido, na primeira página, declarações de S. Ex^a o Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, o Sr. João Camilo Penna, em que S. Ex^a declara que está elaborando um estatuto do capital estrangeiro, no País, e avança medidas no sentido de que este estatuto estimulará a associação de algumas empresas nacionais, que ainda existem, com empresas estrangeiras, como forma de se conseguir para o País o chamado capital de "risco", — risco que peço à Taquigrafia para colocar entre aspas — porque sabemos, perfeitamente, e os dados estatísticos atestam isto com fidelidade, que o capital estrangeiro se assenhora no País, com a cobertura dos privilégios concedidos pelas autoridades governamentais, justamente dos setores mais lucrativos da economia brasileira, os setores mais dinâmicos, que têm crescido bem acima da média do crescimento industrial ou econômico do País, nos últimos anos. Trata-se, portanto, de um risco inexistente, porque, na verdade, se aproveitam do filé, daquilo que de melhor existe, e, se existem, ainda, alguns pequenos setores de nossa economia onde existem empresas nacionais, estão as multinacionais de olhos neles, e, se estivermos nós, brasileiros, dispostos a promovermos uma legislação que facilite esse trabalho, que facilite o trabalho de cupidez do capitalismo internacional, não temos dúvida de que a desnacionalização deste País atingirá pontos cruciais e que nos levarão, sem dúvida alguma, a problemas políticos graves ou gravíssimos. E é tão sério o problema, que falo eu aqui para quatro pares desta Casa, numa demonstração inequívoca de que a primeira consequência está aqui demonstrada. Falo sobre a segunda, os rumos da economia brasileira traçados pelo Governo em gabinetes fechados, sem discutir com a sociedade e nem mesmo com o Congresso Nacional, visando uma desnacionalização maior ainda da economia do País.

Mas, a coisa chega a tal ponto que a classe dominante, ou seja, o que ainda existe de grande no empresariado nacional, se atrelou de tal modo aos interesses do capitalismo internacional, que alguns dos seus porta-vozes já vêm para a imprensa declarar "que é preciso desnacionalizar mais a economia brasileira como solução de nossos problemas".

Tenho aqui declarações textuais do Sr. Luiz Lacerda Biagi, Diretor do Grupo Zanini, que acaba de fazer um consórcio, uma associação com duas empresas alemãs, e que diz textualmente:

"Em uma economia altamente dependente do capital externo, como a nossa, é difícil manter o ritmo de crescimento sem que haja um processo de desnacionalização".

Na sua opinião, "o País deverá ser rapidamente desnacionalizado".

Encontramos, aqui, declarações de outros industriais a respeito de declarações do Sr. Camilo Penna e eu gostaria, desta tribuna, em rápidas palavras, de deixar registrado, nos Anais desta Casa, Sr. Presidente, uma indagação, uma indagação à Liderança do Partido do Governo nesta Casa e no Congresso Nacional: Se, realmente, a ARENA apóia uma política de desnacionalização, ainda maior, da economia brasileira, como a declarada, agora abertamente, por determinados setores governamentais e por empresários nacionais interessados em se associarem a empresas estrangeiras. É uma indagação muito séria. Não creio que, realmente, todo o seu partido, Sr. Presidente, esteja engajado num processo como este, porque acabo de ter notícia de que, na Câmara Federal, quarenta Deputados da ARENA rebelaram-se contra a sua Liderança, para tentarem, com a Bancada do MDB, a aprovação imediata do chamado Código das Multinacionais, projeto de lei resultante da CPI das Multinacionais, em 1976, e que, já há quase três anos, tramita na Câmara Federal e que, até hoje, não chegou a uma conclusão de sua aprovação.

Daí porque faço uma indagação muito séria, principalmente porque é preciso que os dois partidos, todos os segmentos do pensamento político, neste Congresso Nacional, voltem suas vistas para a discussão desse problema, com detalhes, por aqueles que realmente estejam preparados para isso. Em verdade, temos, no Congresso Nacional, Senadores e Deputados economistas, pois, afinal, somos todos políticos com uma visão global do problema —

ou precisamos tê-la — para discutirmos, todos nós, problema tão grave quanto esse; é impossível, impossível mesmo, dissociar a luta pela justiça social, traduzida numa melhor distribuição das riquezas nacionais e pela absorção de todas as massas marginalizadas da população brasileira, em benefício do progresso, em benefício do desenvolvimento, da luta nacionalista que visa a preservação de nossas riquezas, seu aproveitamento, seu desenvolvimento, de certo modo, independente; de tal modo independente, Sr. Presidente, que possamos, num futuro não muito distante, não estarmos numa situação tão deplorável quanto esta, de termos que ler, na primeira página de um jornal concertuado como a *Gazeta Mercantil*, declarações de um testa-de-ferro de grupos estrangeiros, interferindo nos problemas políticos brasileiros, admitindo que o problema é essencialmente político, e que a solução dos problemas econômicos deste País, sobretudo no que diz respeito ao balanço de pagamentos, só virá na medida em que determinados pontos políticos forem checados.

Diz o jornal, textualmente:

“Somente quando houver segurança real para o investidor é que o capital de risco virá. Os investimentos têm vindo e continuarão sendo realizados porque o Brasil possui um regime bem visto no exterior. Mas, quando se fala em América Latina, lá fora, as preocupações são grandes. Existe o receio de que na América Latina o capital estrangeiro acabe, a médio ou longo prazo, sendo desnacionalizado. Há confiança no Brasil. Falta, porém, definir exatamente qual é o papel do Congresso ...”

Repito: “Falta porém definir exatamente qual é o papel do Congresso”.

“... o poder real da tecnocracia é, sobretudo, se o programa do governo assegura uma estabilidade social a longo prazo.”

Explica o Sr. Pimentel Gomes, Diretor-Gerente do Banco de Londres, em São Paulo.

De modo que deixo aqui registrado, Sr. Presidente e Srs. Senadores que aqui estão, esta indagação muito séria: não se pode continuar desse modo, é preciso que esses problemas sejam levantados, discutidos; não se pode admitir que o Governo tenha encaminhado para este Congresso Nacional o III PND, sem tê-lo discutido com os segmentos sociais que estão aí, com alta representatividade, sem tê-lo discutido nem mesmo com os foros econômicos do País, sob a alegação de que ele será discutido no Congresso Nacional, quando sabemos que o Congresso Nacional está esvaziado, está sendo transformado em um vácuo; quando sabemos, perfeitamente, que a tramitação aqui é rápida, obedece a legislação coercitiva, impedindo, portanto, a discussão profunda e ampla de todos os detalhes, de todos os setores da economia brasileira, vista como um todo, vista globalmente.

Sabemos, perfeitamente, Sr. Presidente — e temos consciência disso — de que será impossível tentar, aqui, através do III PND, em nome da sociedade, realizar um novo pacto social capaz de incluir, definitivamente, com primazia, os trabalhadores brasileiros, as massas marginalizadas deste País, que não têm educação, que não têm saúde, mas que não têm também condições de sobrevivência, condições de sobreviver como seres humanos dignos.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Com prazer, ouço V. Ex^a Senador Evelásio Vieira.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — V. Ex^a faz com uma veemência justificada com uma objetividade muito inteligente a abordagem de um assunto muito sério, muito grave, para o Brasil, no que tange à desnacionalização nossa. É profundamente lamentável que levanta o problema com esta Casa praticamente deserta; mas isso não é novidade, porque este ano esta Casa contou, nas suas sessões plenárias, com presença de poucos, muito poucos parlamentares, e aí é culpa nossa também da Oposição; temos pecado também porque a grande missão nossa, o nosso grande compromisso era o de estarmos aqui em maior número possível de Senadores, ocupando a tribuna do Senado, para denunciar à Nação os descabros que ocorrem neste País, o avanço das empresas transnacionais neste País. Mas, infelizmente, o próprio MDB, resta Casa e na câmara, tem pecado muito nesse aspecto, e é necessário fazermos a nossa autocrítica. Mas, vamos conversar um pouquinho a respeito, Senador. Hoje, estamos em uma dependência grande em matéria de tecnologia e de capital externo. Por que chegamos a esse ponto? Porque partimos, nos últimos anos, para uma política econômica de extroversão, uma abertura extraordinária. Quando deveríamos procurar, com a poupança interna, explorar as nossas riquezas naturais, procurando produzir aquilo que fosse possível ao consumo interno absorver, nós partimos para uma política

errônea, de querer produzir principalmente manufaturas sofisticadas para o mercado externo, sem termos tecnologia, sem termos capacidade gerencial, sem termos mão-de-obra qualificada suficiente, a produzir esses produtos elaborados a preços competitivos no mercado externo. Chegamos hoje a um ponto em que estamos com um problema dos mais graves do balanço de pagamento: com o nosso endividamento externo crescendo extraordinariamente, parece-me que só existem duas alternativas, hoje, dentro da concepção do Governo: ou renegociar a dívida ou buscar capital externo, não para ampliação das próprias empresas multinacionais, mas muito pior, buscando esse capital como empréstimo, para protegê-lo de algumas tributações. Com isso, as empresas transnacionais encontram campo mais amplo para explorarem o trabalho do brasileiro, as matérias-primas de que dispomos, para levar lá para fora as suas manufaturas, e, ainda, com subsídios, num enriquecimento extraordinário. Na situação atual, Senador Henrique Santillo, é muito difícil sairmos desse caos pelos caminhos que o Governo está adotando. É preciso uma reformulação na estrutura econômica deste País, mas para isso é preciso um trabalho ativo, persistente, do Congresso Nacional, uma atuação mais à frente, mais vigorosa dos homens do Movimento Democrático Brasileiro, pois do contrário nós não alcançaremos o resultado que desejamos. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Eu é que agradeço, ilustre Senador Evelásio Vieira. V. Ex^a tem razão.

Eu abordo rapidamente, ilustre Senador e Sr. Presidente, o problema energético, já que, para sua solução, recursos bastante grandes deverão ser aplicados nos próximos anos. E, sem sombra de dúvidas, as empresas multinacionais já estão com a sua atenção voltada para determinados setores energéticos do País. Assim é que no caso, por exemplo, do carvão, o próprio Ministro das Minas e Energia já fez declarações, há poucos dias, à imprensa, de que pretendia privatizar a distribuição do carvão; evidentemente, privatizar aí é eufemismo, é farisaísmo, porque privatizar aí significa desnacionalizar.

Do mesmo modo, poderá ocorrer com o PROÁLCOOL, com a distribuição do álcool, porque declarações também do Ministro das Minas e Energia são insistentes no sentido de que a mesma rede de distribuição de gasolina será aproveitada. E nós sabemos perfeitamente que 70% dos derivados de petróleo são distribuídos por Shell, por Texaco, por Atlantic, por Esso e por Ipiranga, que é atrelada, é subsidiária do Grupo Gulf.

De sorte que significará aí privatizar a distribuição do álcool, sem dúvida, mais um farisaísmo e mais uma hipocrisia, porque significará desnacionalizar este setor como está desnacionalizado o setor de distribuição de derivados de petróleo.

E a atenção que eu chamo desta Casa, é a atenção que eu chamo, sobretudo, da Maioria desta Casa. Volto à indagação inicial: estaria a vanguarda política de apoio a este Governo disposta a engajar-se num processo ainda maior de desnacionalização de nossa economia? É a pergunta que eu deixo registrada nos Anais desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (MDB — RJ. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Sr. José Carlos Freire vem tendo atuação que merece apoio e aplausos, à frente do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), órgão responsável por inomináveis injustiças contra dezenas de milhares de servidores públicos, ativos e inativos.

Tem realizado grande esforço em sanar irregularidades e corrigir erros e discriminações praticados sobretudo com a Reclassificação de Cargos. Não nego este elogio ao Sr. José Carlos Freire, acrescentando ver com esperanças sua preocupação humanitária, num órgão que se tornou fonte de tanta amargura e revolta para milhares de famílias brasileiras.

E preciso, por isso, insistir apontando abusos e irregularidades antes praticadas pelo DASP, de forma a que possam vir a ser efetivamente corrigidos, em definitivo. Isso porque, infelizmente, não será fácil vencer resistências em seu propósito de humanizar a política governamental para o Serviço Público, revalorizando-o e fazendo justiça aos servidores vítimas de odiosas discriminações, como se dá com os inativos, sem dúvida as vítimas maiores da má vontade e da impiedade que caracterizaram o DASP anos a fio.

E o que deixam claro novas e numerosas cartas que venho recebendo, sobretudo de “redistribuídos” e inativos. Bem sintetizarei as reclamações e queixas que vêm incorporando a este meu discurso artigo publicado recentemente na “Coluna do Servidor”, da *Última Hora*, intitulado “Redistribuídos querem o enquadramento corrigido”. Nele está bem examinado problema

que precisa ser resolvido definitiva e totalmente pelo Governo, e o mais rapidamente possível. Apenas acrescento que, segundo exposições que me são feitas, o DNER, Marinha e Aeronáutica vêm "castigando" os servidores que lhes foram redistribuídos, negando-lhes, sistematicamente aquilo a que têm direito e que só concedem ao pessoal oriundo do próprio DNER ou daqueles Ministérios.

Não tenho dúvida de que o Diretor-Geral do DASP terá total apoio dos Ministros dos Transportes, Marinha e Aeronáutica para solução efetiva e integral do problema, fazendo cumprir a lei e, desta forma, impondo o término de qualquer discriminação contra funcionários seus apenas por serem "redistribuídos" oriundos de outros órgãos da administração pública.

Transmito, portanto, o apelo de numerosos servidores ao Sr. José Carlos Freire, na certeza de que não o faço em vão. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

O SR. GASTÃO MÜLLER (ARENA — MT. Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O *Jornal do Brasil* de 9 do corrente publicou um editorial intitulado "Mania de Grandeza", que é uma jóia de análise, de crítica e conselhos práticos certíssimos aos eventuais detentores do Poder.

"Mania de Grandeza" deverá de agora por diante ser uma página antológica, que constaria de todos os tratados hodiernos que estudem a vida política brasileira nestes últimos 15 (quinze) anos. A análise é perfeita, os conceitos são atualíssimos e o conselho final é decisivo, ou seja, *não se faz democracia sem eleições*. Não há desculpa, não há razão possível que justifique o adiamento das eleições municipais de 1980. Se o mandato intitulado *tampão*, de dois anos, é muito pequeno e não há dúvida que o é, bem como um de seis anos seria demasiadamente longo para os Senhores Prefeitos, por que não se fazer dois mandatos de três anos, para os dois próximos Prefeitos Municipais, chegando-se em 1986 à tão esperada, e com razão desejada, coincidência dos mandatos? Há muita gente na ARENA e no MDB que diz que o exercício do voto, o jogo político eleitoral é benéfico, educa o eleitor, enfim o povo precisa exercê-la para conviver bem com a Democracia? Então está na hora de se pôr em prática essa teoria, ou seja, vamos partir para várias eleições, isto é, uma em 1980 (Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores), outra em 1982 (Governadores, Vice-Governadores, Senadores, Deputados Estaduais e Federais), em 1983 (eleição novamente para os cargos de âmbito Municipal) e finalmente a de 1986, na qual se chegará a coincidência total dos mandatos.

Estou de acordo com o que diz a última frase do editorial, como com todo ele, quando termina com esta magistral afirmação: "*Não se fundam Partidos nem regimes democráticos fugindo de eleições*".

Leio, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o citado artigo do *Jornal do Brasil*, do Rio, edição de 9 do corrente, intitulado "Mania de Grandeza" para que conste dos Anais desta Casa e portanto da História Política do Brasil. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. GASTÃO MÜLLER EM SEU DISCURSO:

Jornal do Brasil, 9-9-79

MANIA DE GRANDEZA

Todas as hipóteses já oferecidas para a reforma partidária apenas confirmam o empenho do Governo em fazer um condomínio político fechado. A criação dos novos Partidos é preparada como um loteamento para uns poucos proprietários. Isto ficou demonstrado com as sondagens em torno de um superpartido que desse tranquilidade, ou seja, superioridade esmagadora ao Governo.

A Arena já foi esse Arenão com que sonham os arquitetos da reforma partidária. Começou a minguar em 74, quando o eleitor descobriu o MDB por falta de melhor opção. O bipartidarismo favoreceu o MDB quando a sociedade saturou da simulação política: se era para fingir alguma democracia, então que fosse pago o seu preço.

Essa idéia de reservar o Governo, para seu uso, um superpartido, é manifestação retardatária do período de arbítrio. O Governo — todo governo — precisa, por definição, ter maioria no Congresso. Mas não, obrigatoriamente, de um partido que, sozinho, seja maior que todos os outros reunidos.

No caso de não ter o seu Partido maioria suficiente, o Governo pode compor-se com outras correntes representativas. Para obter apoio, no entanto, terá de fazer concessões. Mas é nesse jogo de Poder que se estabilizam os regimes democráticos.

A argumentação oficial rejeita a hipótese de que o Governo tenha de vir a transacionar com outras forças políticas. Mas, por que não? O Executivo

não é detentor de qualquer exclusividade de zelo pela coisa pública. A negociação com as diversas correntes que compõem um outro Poder — o Legislativo — é absolutamente normal.

Os Partidos são instrumentos de realização política da sociedade. Podem servir ao Governo, mas não lhe pertencem. Se o Executivo pretende ter um Partido, corre o risco de vê-lo repudiado pelo eleitorado.

Nas próximas eleições, todos que optarem agora serão julgados de novo nas urnas. Nenhum Partido fundado por adesão de eleitos pode ter a certeza de que conseguirá repetir a soma dos votos obtidos pela acomodação política.

O MDB, aflito pela sua consumação, ainda finge que não quer a reforma partidária. Critica o Governo pelo uso da tática de terra arrasada para a extinção do bipartidarismo. Mas esquece que mais antidemocrático ainda é o uso do processo cesariano para o parto dos novos Partidos. Mais uma vez a Oposição deixa de ver objetivamente os fatos porque se concentra apenas em denunciar intenções ocultas.

O artificialismo dessa laboriosa fórmula que consome a incapacidade criadora da Arena não é democrático, nem é capaz de gerar democracia. A Arena funciona como uma feira livre de palpites, em que o grande fornecedor é o Governo. E o Governo quer, visivelmente, poder dispor de um Partido esmagadoramente majoritário. Grande, amorfo, inerte, áulico, servil e eleitoralmente pesado como tem sido a minguante Arena, incapaz de resistir a mais uma eleição, no bipartidarismo, sem ficar minoritária.

A reforma partidária está sendo apenas um expediente tático para dividir a Oposição em compartimentos estanques. Trata-se de enfraquecer o bloco que, desde antes de 64, compactou ideólogos em disponibilidade, pelegos estabelecidos, intelectuais sem voto e donos de votos sem aptidões para torneio de idéias. O Governo está facilitando vida própria para a afirmação política do populismo. Porque, sem essa adutora de votos, as esquerdas brasileiras ficarão confinadas em sua própria divergência e sua escassez de votos.

O que sobrar desse esquartejamento oposicionista daria para reunir, pelos cálculos oficiais, um magro Partido liberal com os que são realmente liberais e os carentes de convicções.

A realidade, porém, é rica em ciladas para os que fogem às soluções naturais. De que adiantou impor ao País o bipartidarismo quando pareceu politicamente útil reunir, num só Partido, todas as forças de Oposição ao regime? A Arena nasceu grande, mas não viveu com grandeza. E está morrendo à míngua.

O artificialismo impede a autenticidade política, além de que prepara novos impasses. Pode o Governo tentar o loteamento partidário como solução temporária para suas aflições. Não se iluda, porém, com as surpresas que as próximas eleições lhe reservem. O caminho natural seria deixar organizarem-se, em liberdade, as mais diversas correntes de opinião. E depois, em sucessivas eleições, fazer a triagem e facilitar que identidades e afinidades se agrupem em Partidos realmente nacionais.

Sem autenticidade tudo se torna precário. Antes das eleições diretas de 82 teremos, já no ano que vem, um pleito municipal que merecia ser aproveitado como o vestibular da reforma partidária. A multiplicidade de candidaturas e de tendências políticas, no jogo eleitoral das grandes e das pequenas cidades, forneceria a radiografia da política nacional que nunca foi feita. O processamento final e a redução das correntes mais definidas a grandes Partidos ocorreriam naturalmente nas eleições de 82.

Isto sim: seria democrático. Ao contrário do que representa, sob o vago pretexto de reformar o bipartidarismo, tramar contra as eleições municipais do próximo ano. A oportunidade é esta. Não se fundam Partidos nem regimes democráticos fugindo de eleições.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jaison Barreto.

O SR. JAISON BARRETO (MDB — SC. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O problema do escoamento da produção do Estado de Santa Catarina sempre foi agravado pela insuficiência da estrutura de transportes, tanto assim que se tornou famosa, no Estado, a solução encontrada por uma empresa local, exportadora de aves abatidas — a Sadia — obrigada a constituir uma empresa aérea, para transportar o produto, atendendo aos mercados do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Brasília.

Depois é que o Sr. Omar Fontana, autor dessa peripécia, transformou a "Sadia Transportes Aéreos" em TRANSBASIL e hoje o transporte das aves abatidas se faz por terra, com o asfaltamento da principal BR que liga Florianópolis com São Paulo.

Agora, uma Comissão Mista de Empresários catarinenses e argentinos, da região fronteiriça do Município de Dionísio Cerqueira, está envidando esforços, no sentido de convencer o Governo Federal a acelerar as obras de

infra-estrutura do porto seco e da pavimentação dos acessos a São Miguel do Oeste e Marmeleiro, no Paraná, totalizando 149 quilômetros.

Trata-se de obras de vital importância para o desenvolvimento econômico da região e o incremento das trocas comerciais com a Argentina, dada a saturação do porto seco de Uruguaiana—Passo de Los Libres, atualmente a única passagem comercial internacional que é controlada no Sul do País.

Orçada a obra em quase trinta milhões de cruzeiros, dos quais dez milhões foram liberados pelo governo catarinense, aplicados na desapropriação de uma área de cinquenta mil metros quadrados, onde será implantada a infra-estrutura, além de 120 mil metros quadrados, para a instalação do terminal rodoviário alfandegário e respectivos contornos e vias de acesso, aguarda-se a contribuição do Governo Federal.

O início dos projetos data de julho do ano passado, quando se reuniu, nesta Capital, a Comissão Especial Brasil—Argentina, encarregada de coordenar as obras, quando se destacou a importância da posição geográfica daquele município para a evolução do intercâmbio comercial e turístico entre as nações do Cone Sul — Uruguai, Argentina, Paraguai e Chile — e o nosso País, capaz de propiciar um significativo afluxo de trocas.

Dionísio Cerqueira fica a 79 quilômetros do Município de São Miguel do Oeste, ligado à capital do Estado por vias asfaltadas, e dista 70 quilômetros de Marmeleiro, no Estado do Paraná, que possui ligação asfáltica com São Paulo e Curitiba. No lado argentino, esse sistema viário se liga com a P-17, através de Bernardo Irigoyen, com acesso a Posadas, capital da província de Misiones e daí a Buenos Aires, num percurso de 1.500 quilômetros de asfalto.

A implantação do porto seco, além da sua importância comercial, fortalecerá a influência catarinense sobre o oeste do Estado, integrado como seu celeiro alimentar, propiciando o aproveitamento das potencialidades turísticas regionais, especialmente das várias estâncias e fontes hidrominerais do Oeste de Santa Catarina.

Assinala-se, por outro lado, que o acesso por Uruguaiana, cujo terminal comporta 74 caminhões/dia, está saturado, e a tendência é a de que o comércio exterior com os países do Cone Sul tenha um crescimento de pelo menos trinta por cento ao ano.

Diante disso, aquela Comissão Mista, de empresários catarinenses e argentinos, está fazendo todo o possível para implantar o projeto a curto ou médio prazo, querendo vê-lo concluído no máximo dentro de dois anos.

Dionísio Cerqueira mantém uma arrecadação tributária da ordem de treze e meio milhões de cruzeiros anuais, em parte proveniente das quatorze pequenas indústrias instaladas na região, para as quais a implantação do porto seco resultaria altamente benéfica, intensificando-se o comércio com a Argentina, enquanto aquela cidade se transformaria num centro prestador de serviços de transporte.

Estas razões nos levam a solicitar ao Ministro Mário Andreazza que encare a reivindicação com a pronta atenção que merece, liberando as verbas compromissadas pela União, ademais porque não se trata apenas do interesse catarinense, mas de uma intensificação das nossas relações mercantis com a Argentina, capaz de influir favoravelmente em nosso balanço de pagamentos.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1976 (nº 448/75, na Casa de origem), que institui o Plano Nacional de Moradia — PLAMO, para as populações com renda familiar até 5 (cinco) salários mínimos regionais, e determina outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 417 a 420, de 1979, das Comissões:

— de **Economia**, favorável;

— de **Legislação Social**, favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que oferece, com voto em separado dos Senadores Lázaro Barboza, Henrique de La Rocque e Domício Gondim;

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto e do substitutivo da Comissão de Legislação Social; e

— de **Finanças**, favorável ao substitutivo da Comissão de Legislação Social com duas subemendas que apresenta.

— 2 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 41, de 1979, apresentado pelo Senador Orestes Quêrcia, que cria Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar denúncias sobre violações de direitos humanos nos últimos dez anos, tendo

PARECER, sob nº 488, de 1979, da Comissão

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, contrário, com voto vencido do Senador Nelson Carneiro.

— 3 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 329, de 1979, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, dos discursos proferidos pelo Presidente da República, João Baptista Figueiredo, no Clube Monte Líbano e na Associação Comercial do Rio de Janeiro, no dia 13 de setembro de 1979.

— 4 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 331, de 1979, do Senador Orestes Quêrcia, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 1978, de sua autoria, que introduz alteração no Código de Processo Civil (Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973).

— 5 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 335, de 1979, do Senador Orestes Quêrcia, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 87, de 1978, de sua autoria, que dispõe sobre a preservação da fauna fluvial, pelas empresas concessionárias de produção de energia elétrica, e dá outras providências.

— 6 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1977 (nº 1.302/75, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao artigo 3º do Decreto-lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946, que atribuiu à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar e organizar o Serviço Social do Comércio, tendo

PARECERES, sob nºs 464 e 465, de 1979, das Comissões:

— de **Legislação Social**, contrário; e

— de **Finanças**, favorável.

— 7 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1978 (nº 2.100/76, na Casa de origem), que dilata o prazo previsto na letra d do parágrafo 5º do artigo 6º do Decreto-lei nº 1.381, de 23 de dezembro de 1974, tendo

PARECERES, sob nºs 505 a 507, de 1979, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, favorável, no mérito;

— de **Economia**, contrário; e

— de **Finanças**, contrário.

— 8 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 47, de 1979, de autoria da Comissão Diretora, que acrescenta parágrafo ao artigo 383 da Resolução nº 58, de 1972 (Regulamento Administrativo do Senado Federal), tendo

PARECER, sob nº 474, de 1979, da Comissão

— de **Constituição e Justiça**, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 5 minutos.)

MESA

Presidente

Luiz Viana (ARENA — BA)

1º-Vice-Presidente

Nilo Coelho (ARENA — PE)

2º-Vice-Presidente

Dinarte Mariz (ARENA — RN)

1º-Secretário

Alexandre Costa (ARENA — MA)

2º-Secretário

Gabriel Hermes (ARENA — PA)

3º-Secretário

Lourival Baptista (ARENA — SE)

4º-Secretário

Gastão Müller (ARENA — MT)

Suplentes de Secretários

Jorge Kalume (ARENA — AC)

Benedito Canelas (ARENA — MT)

Passos Pôrto (ARENA — SE)

LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA

Líder

Jarbas Passarinho

Vice-Líderes

Aloysio Chaves

José Lins

Aderbal Jurema

Lomanto Júnior

Moacyr Dalla

Murilo Badaro

Saldanha Derzi

LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA

Líder

Paulo Brossard

Vice-Líderes

Henrique Santillo

Humberto Lucena

Marcos Freire

Mauro Benevides

Orestes Quêrcia

Pedro Simon

Roberto Saturnino

COMISSÕES

Diretor: Antônio Carlos de Nogueira
Local: Anexo II — Terreo
Telefones: 223-6244 e 225-8505 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cândido Hippert
Local: Anexo II — Terreo
Telefone: 225-8505 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA) (7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Evelasio Vieira
Vice-Presidente: Leite Chaves

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Passos Pôrto	1. Jutahy Magalhães
2. Benedito Canelas	2. Affonso Camargo
3. Pedro Pedrossian	3. João Calman
4. José Lins	

MDB

1. Evelasio Vieira	1. Agenor Maria
2. Leite Chaves	2. Amaral Peixoto
3. José Richa	

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR) (7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Mendes Canale
Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares

1. Mendes Canale
2. José Lins
3. Eunice Michiles
4. Vicente Vuolo

Suplentes

ARENA

1. Raimundo Parente
2. Alberto Silva
3. Almir Pinto

MDB

1. Evandro Carreira
2. Agenor Maria
3. Mauro Benevides

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ) (15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Henrique de La Rocque
1º-Vice-Presidente: Aloysio Chaves
2º-Vice-Presidente: Hugo Ramos

Titulares

1. Henrique de La Rocque
2. Helvidio Nunes
3. José Sarney
4. Aloysio Chaves
5. Aderbal Jurema
6. Murilo Badaro
7. Moacyr Dalla
8. Amaral Furlan
9. Raimundo Parente

Suplentes

ARENA

1. Lenoir Vargas
2. João Calman
3. Almir Pinto
4. Milton Cabral
5. Bernardino Viana
6. Arnon de Mello

MDB

1. Hugo Ramos
2. Leite Chaves
3. Lazaro Barboza
4. Nelson Carneiro
5. Paulo Brossard
6. Franco Montoro

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF) (11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jessé Freire
Vice-Presidente: Lázaro Barboza

Titulares

1. Jesse Freire
2. José Sarney
3. Passos Pôrto
4. Saldanha Derzi
5. Affonso Camargo
6. Murilo Badaro
7. Benedito Ferreira

Suplentes

ARENA

1. José Guimard
2. Tarso Dutra
3. Benedito Canelas
4. Moacyr Dalla

MDB

1. Itamar Franco
2. Lázaro Barboza
3. Adalberto Sena
4. Mauro Benevides

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE) (11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Itamar Franco
Vice-Presidente: Roberto Saturnino

Titulares

1. Arnon de Mello
2. Bernardino Viana
3. José Lins
4. Jesse Freire
5. Milton Cabral
6. Benedito Canelas
7. Luiz Cavalcante

Suplentes

ARENA

1. Helvidio Nunes
2. Alberto Silva
3. Benedito Ferreira
4. Vicente Vuolo

MDB

1. Roberto Saturnino
2. Itamar Franco
3. Marcos Freire
4. Pedro Simon

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)
(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon
Vice-Presidente: Jutahy Magalhães

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. João Calmon	1. José Lins
2. Tarso Dutra	2. Arnon de Mello
3. Jutahy Magalhães	3. Jorge Kalume
4. Aloysio Chaves	4. Pedro Pedrossian
5. Aderbal Jurema	
6. Eunice Michiles	
	MDB
1. Adalberto Sena	1. Marcos Freire
2. Evelasio Vieira	2. Gilvan Rocha
3. Franco Montoro	

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clovis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)
(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cunha Lima
Vice-Presidente: Tancredo Neves

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Raimundo Parente	1. Saldanha Derzi
2. Arnon de Mello	2. Henrique de La Rocque
3. Lomanto Júnior	3. Jesse Freire
4. Affonso Camargo	4. José Sarney
5. Vicente Vuolo	5. Milton Cabral
6. Alberto Silva	6. José Guimard
7. Amaral Furlan	
8. Jorge Kalume	
9. Jutahy Magalhães	
10. Mendes Canale	
	MDB
1. Cunha Lima	1. Paulo Brossard
2. Tancredo Neves	2. Marcos Freire
3. Roberto Saturnino	3. Lazaro Barboza
4. Amaral Peixoto	4. José Richa
5. Pedro Simon	
6. Mauro Benevides	
7. Teotônio Vilela	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas

Local: Sala "Clovis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)
(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Helvidio Nunes
Vice-Presidente: Lenoir Vargas

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Lenoir Vargas	1. Jutahy Magalhães
2. Helvidio Nunes	2. Raimundo Parente
3. Jesse Freire	3. Eunice Michiles
4. Moacyr Dalla	4. Benedito Canelas
5. Henrique de La Rocque	
6. Aloysio Chaves	

MDB

1. Franco Montoro
2. Humberto Lucena
3. Jaison Barreto

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Clovis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello
Vice-Presidente: Alberto Silva

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Luiz Cavalcante	1. Affonso Camargo
2. Milton Cabral	2. João Calmon
3. Alberto Silva	3. Jutahy Magalhães
4. Arnon de Mello	
	MDB
1. Dirceu Cardoso	1. Gilvan Rocha
2. Itamar Franco	2. Roberto Saturnino
3. Henrique Santillo	

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas

Local: Anexo "B" — Sala ao lado do Gab. do Sr. Senador João Bosco — Ramal 484

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)
(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dirceu Cardoso
Vice-Presidente: Adalberto Sena

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Tarso Dutra	1. João Calmon
2. Saldanha Derzi	2. Murilo Badaro
3. Mendes Canale	3. José Sarney
	MDB
1. Dirceu Cardoso	1. Hugo Ramos
2. Adalberto Sena	

Assistente: Maria Thereza Magalhães Motta — Ramal 134

Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas

Local: Sala "Clovis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)
(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Tarso Dutra
1º-Vice-Presidente: Saldanha Derzi
2º-Vice-Presidente: Lomanto Júnior

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Tarso Dutra	1. Aloysio Chaves
2. Bernardino Viana	2. Pedro Pedrossian
3. Saldanha Derzi	3. Henrique de La Rocque
4. Lomanto Júnior	4. José Guimard
5. Mendes Canale	5. Luiz Cavalcante
6. Aderbal Jurema	6.
7. Almir Pinto	
8. Lenoir Vargas	
9. José Sarney	

MDB

1. Paulo Brossard
2. Nelson Carneiro
3. Itamar Franco
4. José Richa
5. Amaral Peixoto
6. Tancredo Neves

Assistente: Cândido Hipertt — Ramais 301-313

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gilvan Rocha
Vice-Presidente: Henrique Santillo

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Lomanto Júnior	1. Saldanha Derzi
2. Almir Pinto	2. Jorge Kalume
3. Alberto Silva	3. Benedito Canelas
4. José Guimard	
	MDB
1. Gilvan Rocha	1. José Richa
2. Henrique Santillo	2. Adalberto Sena
3. Jaison Barreto	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jorge Kalume
Vice-Presidente: Mauro Benevides

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Jorge Kalume	1. Raimundo Parente
2. Luiz Cavalcante	2. Amaral Furlan
3. Murilo Badaro	3. José Guimard
4. Benedito Ferreira	
	MDB
1. Mauro Benevides	1. Cunha Lima
2. Agenor Maria	2. Jaison Barreto
3. Hugo Ramos	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:30 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Evandro Carreira
Vice-Presidente: Humberto Lucena

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Raimundo Parente	1. Affonso Camargo
2. Henrique de La Rocque	2. Pedro Pedrossian
3. Bernardino Viana	3. Aderbal Jurema
4. Alberto Silva	

MDB

1. Evandro Carreira
2. Humberto Lucena
3. Lazaro Barboza

Titulares

1. Benedito Ferreira
2. Vicente Vuolo
3. Pedro Pedrossian
4. Affonso Camargo

Suplentes

ARENA

1. Passos Pôrto
2. Lomanto Junior
3. Alberto Silva

MDB

1. Evandro Carreira
2. Lazaro Barboza
3. Orestes Quercia

1. Leite Chaves
2. Agenor Maria

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306
 Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas
 Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
 E OBRAS PÚBLICAS — (CT)
 (7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedito Ferreira
 Vice-Presidente: Vicente Vuolo

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Comissões Temporárias

Chefe: Ruth de Souza Castro

Local: Anexo II — Terreo

Telefone: 225-8505 — Ramal 303

1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional

2) Comissões Temporárias para Avaliação de Vetos

3) Comissões Especiais e de Inquerito, e

4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentaria (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674; Alfeu de Oliveira — Ramal 674; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598; Mauro Lopes de Sa — Ramal 310; Leila Leivas Ferro Costa — Ramal 314.

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

PARA O ANO DE 1979

HORAS	TERÇA	S A L A S	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C.T.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	RONALDO	09:30	C.F.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	GUILHERME
	C.A.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	GUILHERME		C.S.P.C.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	SÔNIA
HORAS	QUARTA	S A L A S	ASSISTENTE	10:00	C.E.C	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	SÔNIA
09:30	C.S.N.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	GUILHERME		C.D.F.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	RONALDO
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	MARIA HELENA	10:30	C.S.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	GUILHERME
	C.A.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	SÔNIA	11:00	C.L.S.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	DANIEL
10:30	C.E.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	DANIEL	12:00	C.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	MARIA THEREZA
11:00	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	CÂNDIDO				
	C.M.E.	ANEXO "B" Ramal - 484	RONALDO				

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

*** QUADRO COMPARATIVO ***

Foi lançada a 3ª edição revista e atualizada da Constituição da República Federativa do Brasil — Quadro Comparativo, obra da SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL.

A publicação apresenta a comparação, dispositivo por dispositivo, do texto constitucional vigente à Constituição do Brasil de 1967 e à Carta de 46, com 123 notas explicativas e índices sistemático e analítico-remissivo.

A obra, com 348 páginas, pode ser obtida pelo reembolso postal ao preço de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), devendo o pedido ser dirigido à SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL — Brasília, DF — CEP: 70.160.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Está circulando o nº 61 da REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa editado pela SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL.

Este número contém as teses e conclusões do 1º Congresso Latino-Americano sobre Meios de Comunicação e Prevenção do Delito, realizado na Colômbia, extensa pesquisa sobre a problemática do menor (*Luiz Otávio de Oliveira Amaral*), o histórico da Emenda Constitucional nº 12/78 e trabalhos doutrinários sobre: a regulamentação do art. 106 da Constituição (*Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*), a arguição de relevância da questão federal (*Iduna W. Abreu*), desenvolvimento do direito autoral (*Antônio Chaves*), o orçamento-programa e suas implicações (*Janes França Martins*), a recente evolução jurisprudencial na interpretação da Lei nº 4.121 (*Arnoldo Wald*), legislação previdenciária (*Sully Alves de Souza*), tributação urbana (*Fides Angélica Ommati*), Lei das S.A. (*Otto Gil e José Reinaldo de Lima Lopes*), o princípio da probidade no Código de Processo Civil (*Alcides de Mendonça Lima*) e o "certiorari" americano e a advocatória no STF (*Igor Tenório*).

A revista, contendo 330 páginas, pode ser obtida ao preço de Cr\$ 30,00, pelo sistema de reembolso postal, dirigido o pedido à SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL — Brasília, DF — CEP: 70.160.

REPRESENTAÇÕES POR INCONSTITUCIONALIDADE DISPOSITIVOS DE CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS

Acórdãos do STF (íntegras) em Representações por inconstitucionalidade de dispositivos de Constituições estaduais. Resoluções do Senado Federal, suspendendo a execução de dispositivos julgados inconstitucionais pelo STF

EDIÇÃO: 1976

2 tomos



**Preço:
Cr\$ 150,00**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

PROCESSO LEGISLATIVO

Conceito, iniciativa e tramitação
das normas legais de diversas hierarquias, de acordo com os
preceitos constitucionais e regimentais.

2ª EDIÇÃO: JUNHO DE 1976



PREÇO:
Cr\$ 15,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

TRÂNSITO

Legislação atualizada.

**Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento
(atualizados)**

Legislação especial e correlata.

Ilícitos penais do Trânsito.

Resoluções do CONTRAN.

Notas — Comparações — Remissões

Furto de uso.

“Revista de Informação Legislativa” nº 38

452 páginas

Preço: Cr\$ 25,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00